

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS

Departamento de Biologia Animal



**Impacte Socioeconómico da observação de aves no Baixo Alentejo: o caso da Zona
de Protecção Especial de Castro Verde**

Maria Angela Plahtyn Torres

Mestrado em Ecologia e Gestão Ambiental

2011

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS

Departamento de Biologia Animal



**Impacte Socioeconómico da observação de aves no Baixo Alentejo: o caso da Zona
de Protecção Especial de Castro Verde**

Maria Angela Plahtyn Torres

Dissertação orientada por:

Dr^a Esmeralda Esteves Alves Luís

Prof. Doutor José Angelo Guerreiro da Silva

Mestrado em Ecologia e Gestão Ambiental

2011

Índice

Resumo	06
Abstract	07
1. Introdução	08
2. Objectivos	11
3. Contexto Conceptual	11
4. Caracterização da área de estudo e da entidade gestora	19
4.1 Caracterização da área de estudo.....	19
4.1.1 O Concelho de Castro Verde	19
a. Características Sócioeconómicas	19
b. Infraestrutura	22
c. Património Histórico e Cultural	23
d. Património Natural	25
- Paisagem	25
- Flora	26
- Fauna	27
4.1.2 A Zona de Protecção Especial de Castro Verde – ZPE Castro Verde	30
4.2 Caracterização da Entidade Gestora	32
4.2.1 A Liga para a Protecção da Natureza	32
4.2.2 O Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçálinho	35
5. Métodos	37
6. Resultados e Discussões	39
6.1 Impactes Sociais	39
6.2 Impactes Económicos.....	42
6.3 Análise do Impacte socioeconómico no desenvolvimento da actividade turística do CEAVG pela percepção da população e dos <i>stakeholders</i>	43
6.3.1 Análise do Impacte socioeconómico no desenvolvimento da actividade turística do CEAVG pela percepção dos <i>stakeholders</i>	44
6.3.2 Análise do Impacte socioeconómico no desenvolvimento da actividade turística do CEAVG pela percepção da população	50
7. Considerações finais e recomendações	53
Bibliografia	57
Apêndices	61

RESUMO

O Concelho de Castro Verde, região do Baixo Alentejo, visa o turismo como uma nova tendência mercadológica para a região, que tem na exploração mineira o principal responsável pela movimentação da economia local. A Liga para Protecção da Natureza, por sua vez, promove na região a exploração do ecoturismo, em particular o produto de *birdwatching*. Tal actividade, bastante específica, atrai turistas das mais diversas regiões do mundo, gerando, conseqüentemente, algum impacto social e económico no Concelho. O presente estudo busca analisar e evidenciar estes impactos e de que maneira contribuem para o desenvolvimento desta comunidade. Trata-se de uma análise exploratória, qualitativa, quantitativa e documental, onde foram levantados dados existentes nos organismos públicos e privados, a realização de inquéritos nos diversos níveis da sociedade, além de consultas a artigos, livros, dissertações, teses, entre outros. Tais análises trouxeram resultados que revelam a necessidade de uma maior aproximação por parte da LPN à comunidade e operadores turísticos locais, uma vez que o impacto gerado a nível económico ainda é bastante ténue, enquanto que socialmente a instalação da LPN e a exploração do ecoturismo significam um intercâmbio cultural positivo e uma valorização e orgulho do património natural local por parte de sua população.

ABSTRACT

Castros Verde's municipality, a region of Baixo Alentejo, which holds in mining operation the main resource of their local economy, aims to use tourism as a new market trend for the region. The Nature Protection League (NPL), on its turn, promotes the ecotourism, particularly the birdwatching activity. This one, pretty specific, brings people from all around the world, causing social and economical impact on the region. This study tries to analyse and show this impact and in which way it helps this community to grow. It consists of qualitative, quantitative and documentative exploratory analyses, in which the data was taken to both public and private organisms. Surveys were made, at different social levels, together with research supported by articles, books, dissertations and thesis. Such analyses showed the need of bringing together NPL and the community aswell the local tourist operators since the economical positive feedback is still very low, even tough at a social level the NPL installation and the ecotourism activities represent a positive cultural exchange with the population and a symbol of appreciation and pride for the local natural heritage.

1. Introdução

A prática do turismo não faz parte da história recente, é possível encontrar vestígios históricos de residências secundárias entre os gregos antigos, as termas, durante o Império Romano, entre outras manifestações, que se mostraram segmentadas aos diversos públicos e motivações do deslocamento (religião, lazer, etc.). Mas foi a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial e a consequente melhoria salarial dos trabalhadores das camadas sociais mais inferiores, além do crescimento e desenvolvimento urbano, que o mercado do turismo passou a expandir-se e tornar-se comercialmente interessante para representar um produto com relação de procura em potencial para exploração.

Segundo Licínio Cunha (1997), a Sociedade das Nações descreveu de maneira generalizada o turista, no ano de 1937, como “toda pessoa que viaja por uma duração de 24 horas, ou mais, para um país diferente do da sua residência”. Em 1942 a *Association Internationale des Experts Scientifiques du Tourisme* (AIEST) definiu o turismo como “conjunto de relações e fenómenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que esses deslocamentos e permanência não sejam motivados por uma actividade lucrativa principal, permanente ou temporária” (BAPTISTA, 1997).

Depois da segunda metade do século XX, com a estabilização da economia e o enriquecimento das classes médias dos países industrializados, além da democratização dos meios de transporte, o aumento do rendimento disponível, os estímulos para viajar e o crescimento exponencial dos mercados emergentes (CARVÃO, 2009), o turismo passou a cumprir um papel em elevada escala em relação aos níveis económicos e sociais. Os países em desenvolvimento vislumbraram neste mercado uma oportunidade, explorando recursos naturais, principalmente os que dispunham de climas amenos, praias paradisíacas e culturas exóticas, onde se destacou a preferência geral pelo turismo conhecido por 3S's “*Sand, Sun and Sea*” (WEAVER, 2001), que privilegia o contacto directo com o litoral, factor histórico analisado directamente pela visualização do super desenvolvimento dessas regiões; para incrementar seu crescimento económico, através de investimentos que se despiram da preocupação com o planeamento e controlo da situação, gerando consequências graves e incalculáveis ao meio ambiente.

A partir da década de 1960, com o impulso lançado pela obra publicada nos Estados Unidos pela escritora Rachel Carson, “*Silent Spring*” (Primavera Silenciosa), que causou grande impacto na comunidade científica e nos meios sociais, sendo considerado

o primeiro manifesto de alerta em relação a degradação do ambiente – tratava do uso indiscriminado de pesticidas – com repercussão ampla a nível mundial, sendo fundamental para a discussão e implementação de práticas conservacionistas, como, neste caso, do Manejo Integrado de Pragas (MIP). Diante da tendência que se criou e das discussões que se derivaram a partir daí, reflectindo nas ideias e comportamentos de compromisso ambiental, surge a Declaração sobre o Ambiente Humano, documento produzido na Conferência de Estocolmo, realizada pela Organização das Nações Unidas entre os dias 5 e 16 de Julho de 1972 na capital da Suécia com o objectivo de gerar referências à preservação dos meios naturais e do ambiente humano, seguida pelo Relatório de Brundtland, também conhecido pelo documento “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987 onde é concebida a definição de desenvolvimento sustentável:

"O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direcção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas."

Relatório de Brundtland, 1987.

Tal processo segue pela realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO-92 ou Rio-92 ou, ainda, Cúpula ou Cimera da Terra, realizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, entre 3 e 14 de Junho de 1992, estabelecendo parâmetros de conservação e de protecção dos ecossistemas sensíveis do planeta em harmonia com o desenvolvimento socioeconómico, reafirmando o conceito de desenvolvimento sustentável e ampliando a consciencialização em relação as responsabilidades dos países desenvolvidos na emissão de poluentes e seus impactes no ambiente.

É no contexto de preocupação com os efeitos negativos à natureza que as actividades mercadológicas surtião que o turismo se viu a beira de um novo segmento. Foi na década de 1960, através da análise da alteração da paisagem que as actividades do turismo estavam a causar nas regiões exploradas que se iniciou a preocupação e o desenvolvimento de ideias e acções relativas ao tema (ZACCHI, 2004). Entretanto, foi na década de 1980 que a ideia ganhou força e o conceito de ecoturismo foi instaurado como um segmento mercadológico, surgindo o turismo sustentável como uma nova perspectiva de mercado e de manejo do meio ambiente, integrando o desenvolvimento económico,

social, cultural e ambiental. O ecoturismo foi reconhecido internacionalmente a partir de 2002 quando foi declarado o “Ano Internacional do Ecoturismo” pela Organização Mundial do Turismo, entretanto o termo já havia sido empregado e difundido pela década de 1980.

O ecoturismo é uma forma de turismo sustentável que se difere das demais formas por, além de promover o desenvolvimento socioeconómico das comunidades envolvidas e a preservação e conservação dos recursos naturais envolvidos, visar a sensibilização do visitante em relação as questões mais sensíveis da área visitada, tornando-se instrumento de financiamento e fomento de benefício às comunidades locais, em contra partida da consciencialização, satisfação e gozo do turista; sendo reconhecido como tal instrumento, principalmente, em países em desenvolvimento, ainda que esteja bastante presente em países industrializados e desenvolvidos como Canadá e Estados Unidos.

O *birdwatching*, nomeadamente, diz respeito a um segmento que pretende a interacção com a natureza através da observação de aves no seu meio natural com o auxílio de binóculos ou telescópios de campo, com variantes ligadas a fotografia, pintura e ilustração. Trata-se de um mercado relativamente promissor, explorado, especialmente, nas regiões de rotas de aves migratórias e por turistas e praticantes do mundo todo, sendo os números mais representativos os oriundos do Reino Unido e Alemanha. Este primeiro possui uma longa tradição na prática e é um dos precursores da actividade, quando em 1889 criou a *Royal Society for the Protection of Birds (RSPB)*, primeira associação com a finalidade de protecção da avifauna, reconhecida até os presentes dias como uma das mais importantes e influentes organizações a nível mundial. Em Portugal, tal actividade foi desenvolvida e está totalmente ligada às Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA's), como, especialmente, a Liga para a Protecção da Natureza (LPN), que desenvolveu ao longo dos anos de suas actividades directa actuação e implementação da prática e contribuições efectivas no que concerne iniciativas de conservação e protecção das aves e ecossistemas sensíveis.

O desenvolvimento de práticas de turismo sustentável em regiões já desenvolvidas ou em desenvolvimentos são benéficas a partir do momento em que representam a satisfação das comunidades locais, bem como a conservação de seus hábitos de vida e de seu património histórico e cultural, que deve ser admirado, observado e usufruído, nunca, em qualquer hipótese, alterado; deve, sim, o desenvolvimento das actividades e a exploração do turismo local, trazer benefícios para a conservação, protecção e manejo do ambiente natural e da comunidade.

2. Objectivos

O presente estudo visa analisar o potencial de impacte social e económico do desenvolvimento das actividades de *birdwatching* e Turismo de Natureza desenvolvidas no Baixo Alentejo, através do diagnóstico histórico e prospectivo da oferta e procura turística, com a análise do caso prático do trabalho desenvolvido pela Liga de Protecção a Natureza na Zona de Protecção Especial de Castro Verde.

3. Contexto Conceptual

Para o desenvolvimento e total compreensão do tema, faz-se importante a apresentação de alguns conceitos relevantes, diante de diversas discussões que envolvem temas referentes, principalmente no que diz respeito as diversas definições de Ecoturismo e Turismo de Natureza, que resultam em discussões acaloradas da comunidade de interesse. Trata-se de duas vertentes diferentes do turismo alternativo, assim denominado por tratar-se de uma maneira diferenciada de exploração de recursos utilizados no turismo de massas convencional, inserindo-se a esse *roll*, segundo Mario Baptista (1997), os turismos étnicos, cultural, histórico, ambiental, recreativo e religioso.

O Turismo de Natureza trata de uma forma de turismo voltada ao património natural (parques, reservas naturais, áreas protegidas, reservas de vida selvagem, áreas de protecção natural da fauna, flora e habitats), tornando-se um produto turístico formado por estabelecimentos, actividades de animação ambiental e serviços de alojamento; actividades estas que tem como objectivo ocupar o tempo livre de turistas e visitantes através da contemplação, conhecimento e fruição dos valores naturais e culturais característicos das áreas protegidas. Entretanto, o Turismo de Natureza é baseado na visita de recursos naturais e está intimamente relacionado com o ecoturismo, mas não comporta necessariamente a conservação ou a sustentabilidade da região (DRUMM e MOORE, 2002).

Segundo a Legislação Portuguesa, em seu Decreto-Lei n.º 47 de 1999 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002), no qual se estabelece o Regime Jurídico do Turismo de Natureza, sua definição diz respeito ao produto turístico formado por estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação turística ofertados em zonas integrantes da Rede Nacional de Áreas Protegidas, constituídas pelas áreas consideradas de

ecossistemas sensíveis de interesse por parte do Instituto de Conservação da Natureza¹. Assim, o Turismo de Natureza desenvolve-se em diversas modalidades de hospedagem, actividades e serviços complementares de animação ambiental com o objectivo de que o turista contemple e desfrute do património natural, arquitectónico, paisagístico e cultural.

Diante das direcções tomadas pela sociedade e pelo mercado do turismo global, Portugal, dentro de seu Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)² que define o turismo como “sector estratégico prioritário para o desenvolvimento sustentável a nível ambiental, económico e social”, definiu o Turismo de Natureza como um de seus 10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo, juntamente com:

- Sol e Mar;
- Turismo Náutico;
- *Resorts* Integrados e Turismo Residencial;
- Turismo de Negócios;
- Golfe;
- Gastronomia e Vinhos;
- Saúde e Bem Estar;
- *Touring* Cultural e Paisagístico;
- *City Breaks*.

Mesmo antes do Turismo de Natureza ser considerado um produto estratégico para o desenvolvimento do turismo em Portugal, já havia a preocupação em regulamentar este tipo de actividade. Visando a sustentabilidade dos espaços explorados estabelecendo critérios, foi criado o Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN)³, resultante de uma parceria entre as Secretarias de Estado do Ambiente e do Turismo, trazendo uma série de orientações e políticas direccionadas para o desenvolvimento sustentável destas áreas, visando a recuperação e conservação do património natural e cultural.

Segundo o PENT, o Turismo de Natureza pode ser classificado em dois segmentos de mercado, segundo a motivação e actividades desenvolvidas (Turismo de Portugal, 2006):

- Natureza *soft* onde as experiências, motivadas pela vivencia de experiências de valores simbólicos, interacção e usufruto da Natureza, dizem respeito a prática de actividades ao ar livre de baixa intensidade como passeios,

1 Processo de criação de Áreas Protegidas regulado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho de 2008.

2 Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 04 de Abril de 2007, visa orientar acções para o crescimento sustentado do Turismo Nacional até 2015.

3 Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de Agosto de 1998.

excursões, percursos pedestres, observação da fauna. Segundo o estudo apresentado pela Turismo de Portugal, este segmento representa 80% do total de viagens de Natureza.

- Natureza *hard*, que inclui actividades desportivas (*rafting, kayaking, hiking, climbing, etc.*), contemplação da Natureza e actividades de interesse especial ou que requerem um elevado grau de concentração ou de conhecimento, como por exemplo o *birdwatching*. Este segmento representa os restantes 20% do total de viagens de Natureza no país.

Já o ecoturismo apresenta uma definição particular, sendo uma consequência das alterações do comportamento social, conforme breve abordagem anterior, transformações de valores e estilo de vida predominante na sociedade actual; a busca pelo contacto directo com o meio natural; e a conscientização global dos aspectos ambientais contribuíram para o desenvolvimento do turismo de natureza, onde o turismo passou a considerar, além do factor económico, os problemas relacionados ao meio ambiente. Esta tendência vem se apresentando desde meados da década de 1980⁴, onde esta nova visão do turismo destaca uma revalorização do meio ambiente, reflectindo no mercado do turismo (oferta e procura).

Existem, ainda, diversas definições do termo devido ao seu recente surgimento e expansão de mercado. O primeiro autor a utilizar o termo “ecoturismo” formalmente foi Ceballos-Lascurain em 1987 (WEAVER, 2001), definindo a modalidade como uma maneira de viajar para áreas relativamente intactas com o objectivo específico de “lazer, estudar e admirar a paisagem, suas plantas e animais selvagens, assim como qualquer manifestação cultural existentes, passado ou presente, nessas áreas”.

A Organização das Nações Unidas – ONU declarou 2002 o Ano Internacional do Ecoturismo, através do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – UNEP e com o apoio da Organização Mundial do Turismo – OMT (*World Tourism Association – WTO*), emitindo em 10 de Junho de 2002 um documento conhecido como Declaração de Quebec. Tal documento foi fruto de 18 reuniões preparatórias⁵ e da reunião ocorrida entre

4 Esta modificação do pensamento e a preocupação com o meio ambiente em contexto global, pode ser referida à divulgação do *Relatório de Brundtland – Nosso futuro comum*, em 1987, escrito pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas, que formulou o conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”, conforme citado anteriormente.

5 Entre os anos de 2001 e 2002 foram realizadas 18 reuniões preparatórias nos cinco continentes do globo, com cerca de 3 mil participantes representantes de governos, organizações não-governamentais, operadores turísticos,

os dias 19 e 22 de Maio de 2002, em Quebec, Canadá, onde mais de mil representantes dos diversos sectores de interesse da matéria de 132 países formaram a Cúpula de Especialistas em Ecoturismo, estabelecendo no documento formulado recomendações para implementação e desenvolvimento do ecoturismo, com vistas à sustentabilidade, aderindo a estratégias e práticas para a conservação do património natural e cultural com a adesão das comunidades locais em todas as etapas de seu planeamento, desenvolvimento e aplicação. Sendo assim, a Declaração de Quebec diz:

Recognize that ecotourism embraces the principles of sustainable tourism, concerning the economic, social and environmental impacts of tourism. It also embraces the following specific principles which distinguish it from the wider concept of sustainable tourism:

- Contributes actively to the conservation of natural and cultural heritage,*
- Includes local and indigenous communities in its planning, development and operation, and contributing to their well-being,*
- Interprets the natural and cultural heritage of the destination to visitors,*
- Lends itself better to independent travellers, as well as to organized tours for small size groups.*

(OMT, 2002)

Para Drumm e Moore (2002) o conceito de Ecoturismo é bastante recente e, muitas vezes, utilizado de maneira mal empregada como chamariz para viajantes interessados na causa ambientalista, tratando-se, na verdade, de programas de turismo voltados à natureza que podem causar impactes ambientais e sociais negativos.

Ainda que o termo tenha sido apresentado na década de 80, a primeira definição mais aceita foi desenvolvida em 1990 pela Sociedade Internacional de Ecoturismo – TIES⁶:

“Responsible travel to natural areas that conserves the environment and improves the well-being of local people.”
(TIES, 1990)

A TIES enquadra o ecoturismo como um dos tipos de turismo de natureza que beneficia as comunidades locais visando a conservação do meio ambiente e cultural e o desenvolvimento económico.

especialistas e consultores, instituições de ensino e pesquisadores e comunidades tradicionais (OMT, 2002).

6 Fundada em 1990, a TIES – *The International Ecotourism Society* - é uma organização sem fins lucrativos dedicada a promoção do ecoturismo, fornecendo orientações e normas, treinamento, assistência técnica, pesquisas e publicações no tema.

Segundo Weaver (2001), desde a criação do termo, o ecoturismo tem sido definido de muitas maneiras diferentes por pesquisadores e organizações, de maneiras desde geral e ambígua à específica e prescritiva, sugerindo algumas das definições mais usuais e relevantes:

Valentine (1992)	Turismo de natureza ecologicamente sustentável e baseado em áreas naturais pouco perturbadas, não-prejudicial e não-degradante, contribui directamente para a protecção e gestão de áreas protegidas, estando sujeita a um regime de gestão específico apropriado.
Scace, Grifone & Usher (1992, p. 14)	Uma experiência de viagem de natureza esclarecedora que contribui para a conservação do ecossistema, respeitando a integridade das comunidades de acolhimento.
J. Butler (in Scace 1993, p. 65)	<ul style="list-style-type: none"> - Deve ser coerente com uma ética ambiental positiva, estimulando o comportamento adequado. - Não denigre os recursos ambientais. Não há erosão da integridade dos recursos. - Concentra-se em valores intrínsecos a extrínsecos. - É biocêntrica, em vez de homocêntrica na filosofia, na medida em que um ecoturista aceita a natureza em seus próprios termos, ao invés de transformar o ambiente em conveniência pessoal. - É uma experiência em primeira-mão com o ambiente natural. - Há no ecoturismo, uma expectativa de gratificação medida em apreço e educação, não em busca de emoção ou de realização física - Há elevadas dimensões de experiências cognitivas (informativa) e afectivas (emocionais) , exigindo um elevado nível de preparação de líderes e participantes.
Allcock et al. (1994, p. 17) De <i>National Ecotourism Strategy of Australia</i>	Turismo de natureza que envolve educação e interpretação do ambiente natural e é gerenciado para ser ecologicamente sustentável. Esta definição reconhece que o 'ambiente natural' inclui componentes culturais e que 'ecologicamente sustentável' implica um retorno adequado para a comunidade local e a conservação a longo prazo do recurso explorado.

Quadro 01: Seleção de definições para ecoturismo (Adaptada de WEAVER, 2001).

O sector do ecoturismo é considerado o de maior expansão da indústria do turismo, entretanto, quando é mensurado, é frequentemente confundido com Turismo de Natureza, Turismo de Natureza Selvagem (*wildlife*) e Turismo de Aventura, entretanto, segundo Martha Honey (1999), de maneira errónea. Turismo de Natureza envolve viagem para locais pouco impactados com o objectivo de obter experiências e desfrutar o meio ambiente e a prática de actividades leves como caminhar, andar de bicicleta, velejar e acampar. O Turismo de Natureza Selvagem envolve viajar para observar animais nos seus habitats naturais. O Turismo de Aventura é uma forma mais activa, com a prática de actividades desportivas com certo grau de risco, necessitando de boa preparação física

para tanto. Sendo assim, tais conceitos estão ligados directamente e somente à actividade recreacional do turista, enquanto o ecoturismo está ligado a uma série de princípios que incluem gerar benefícios para a comunidade e para a conservação do ambiente (HONEY, 1999).

Agregado aos conceitos de ecoturismo, encontra-se o conceito de Turismo Alternativo, um termo geral que difere do Turismo de Massas (WEAVER, 2001), que segundo Licínio Cunha (1997) é “realizado pelas pessoas de menor nível de rendimentos, viajando, na sua maioria, em grupos, sendo escassos os seus gastos, a sua permanência de curta duração, ocupando, em regra, os estabelecimentos hoteleiros de menor categoria e os meios complementares de alojamento”. Sendo assim, o ecoturismo é uma forma de Turismo Alternativo, direccionado a um público específico e consciente das questões ambientais, caracterizado pela exigência e nível cultural elevado (WEAVER, 2001).

Corroborando ao conceito acima exposto, cabe explicitar as características que melhor representam o ecoturista. O conceito de “turista”, segundo a OMT (1996), diz respeito a pessoas que deslocam-se voluntariamente por um período de tempo igual ou superior a um dia, porém inferior a um ano, para um local diferente da sua residência e de seu trabalho, sem a intenção directa de obtenção de lucro, incluindo indivíduos que viajam por lazer, recreação ou férias, para visitar amigos e familiares⁷, por motivos profissionais, para tratamentos de saúde, peregrinações religiosas e por outros propósitos. Segundo Pamela A. Wight (em WEAVER, 2001), com base em conhecimento mercadológico, o ecoturista é diferente do turista e consumidor dos mercados em geral, caracterizando o ecoturista “típico” como originário de um país mais desenvolvido, do sexo feminino, ao contrário do que se acreditava ocorrer a princípio, denominando este fenómeno de “feminização” do ecoturismo, com renda e níveis culturais superiores a média, além de ser um pouco mais velho que o turista convencional.

Tratar o ecoturismo como um nicho de mercado ou mesmo como um produto do turismo é delicado, uma vez que se trata de um mercado bastante heterogéneo, dispondo de diversos segmentos e inúmeros tipos de clientes. Assim sendo, os operadores e todos os envolvidos com o desenvolvimento da actividade turística devem estar preparados para oferecer serviços diversificados e de qualidade, uma vez que, como citado, seu público tem se demonstrado bastante exigente e sofisticado, interessados em, além de opções, qualidade de serviços prestados e interpretação personalizada por guias capacitados.

O *birdwatching*, nomeadamente, está enquadrado como actividade de Turismo de

7 Referenciado pela OMT (1996) por VFR – *visiting friends and relatives*.

Natureza, como mercado de natureza *hard*⁸, designado pelo deslocamento de pessoas para fora da área de residência para observação de aves em seu habitat natural, seja por motivação propositada ou secundária, em decorrência de outras razões, que se dedica a capturar imagens e recordações de avistamentos a aves de alguma relevância, seja pela sua raridade, beleza, etc., garantindo a quem pratica a actividade recompensas intelectuais, recreativas e científicas (ANDRADE, 1997). É uma importante ferramenta de conexão entre as ciências biológicas, especificamente a ornitologia, e as actividades comerciais, por meio do Turismo de Natureza e, conseqüentemente, a educação ambiental.

Segundo Alexandre F. Morais (*in* STRAUBE, 2001), a realização da observação de aves para efeito de gozo pessoal é conhecida desde a Grécia Antiga (séculos IX e VII a.C.), onde é possível observar através de relatos como *Ilíada* e *Odisséia* a preocupação em observar e descrever características de hábitos, plumagem, sazonalidade, alimentação e habitat, além de várias outras peculiares da avifauna.

Ao longo do tempo, o segmento de *birdwatching* foi absorvido pelas culturas ascendentes, se desenvolvendo fortemente na Europa⁹ e nos EUA, onde encontrou suporte e uma rápida disseminação (STRAUBE, 2010). Em Portugal, tal actividade está directamente ligada às Organizações Não Governamentais de Ambiente, que realizam observações de aves incorporadas as suas actividades, em seu habitat natural, como instrumento de consciencialização e sensibilização ambiental, bem como manutenção de ecossistemas ligados a avifauna (Turismo de Portugal, 2002).

Para Figueiredo (2003), milhões de pessoas praticarem a modalidade no mundo deve-se ao fascínio que as aves silvestres exercem sobre as pessoas para sua contemplação, onde se exaltam sua capacidade de voo, seu colorido e seu canto. Ainda segundo Figueiredo, dentre os segmentos do ecoturismo, o *birdwatching* é o que mais tem se desenvolvido actualmente, uma vez que depende apenas de ambiente favorável para o desenvolvimento da avifauna, seja em meios naturais ou em artificiais e humanizados, como campos agrícolas, parques urbanos e áreas residenciais.

Segundo dados do Turismo de Portugal, no continente europeu, 22 milhões das viagens internacionais realizadas por ano tem como principal motivação o Turismo de

8 Segundo a publicação “10 Produtos Estratégicos Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal”, no capítulo Turismo de Natureza, enquadra o *birdwatching* no mercado de natureza *hard* por tratar-se de actividade que exige um elevado grau de concentração e/ou de conhecimento.

9 Especialmente no Reino Unido, com a criação da *Royal Society for the Protection of Birds* (RSPB) em 1889, o que os tornou pioneiros na prática de observação de aves como segmento turístico, além de apresentarem uma forte cultura conservacionista sendo a primeira associação para protecção de aves, mantendo até os tempos actuais o título de uma das mais importantes organizações do mundo (em <http://www.rspb.org.uk>).

Natureza, sendo que 20% deste mercado corresponde ao segmento em que se inclui o *birdwatching*. Estima-se que existam no mundo cerca de 100 milhões de praticantes da modalidade, sendo que deste número a maior parcela está nos Estados Unidos da América, onde aproximadamente 21% da população total são *birdwatchers* (Turismo de Portugal, 2006). Na Europa, o Reino Unido lidera o número de *birdwatchers* com 2,4 milhões de adultos residentes praticantes da observação de aves, segundo a *BirdLife International*¹⁰. Ainda segundo a mesma entidade, Portugal aparece com cerca de 3 mil praticantes do *birdwatching*, distante de países como Alemanha e França, com 420 mil e 35 mil praticantes respectivamente.

É conhecido o perfil¹¹ do praticante da modalidade, sendo muito semelhante ao perfil do turista de natureza, entretanto o *birdwatcher* possui, como peculiaridade, formação académica e nível cultural elevados; idade superior a 45 anos; pertencentes à classe social média-alta e com poder de compra bastante significativo. Além disso, os gastos e o tempo de permanência destes são superiores à média dos demais turistas, como é evidenciado na Tabela 01, que utiliza o exemplo de uma mesma região para explicitar as diferenças no tempo de permanência e gastos de uma viagem, ambas dentro de Turismo de Natureza, relacionadas a Natureza *soft* e *hard*, onde enquadra-se o *birdwatching*.

País	Actividade	Duração	Conteúdo	Preço
Espanha	<i>Walking & rambling</i>	8 dias	- Alojamento em hotel ou famílias locais. - Visita guiada de 4 dias de passeios pedestres com guia na Serra de Ronda. - Refeições em restaurantes locais. - Visita a Sevilha (opcional).	760€ Preço médio pessoa/dia: 95€
Espanha	<i>Birdwatching</i>	7 dias	- Transfer de/para o aeroporto. - Alojamento em suites. - Todas as refeições incluídas. - Guia de campo com experiência.	1.180€ Preço médio pessoa/dia: 169€

Tabela 01: Comparativo entre o preço de uma viagem de Natureza *soft* e *hard*. Fonte: *European Travel Monitor – 2004, IPK; Estimativas THR (2004) (NUNES, 2010)*

Para além do perfil acima citado, segundo Roig (*in* SPEA, 2008), é possível dividir os *birdwatchers* em dois grandes grupos:

- Especialistas: praticantes da observação de aves com motivação ornitológica. Neste grupo incluem-se os *twitcher*, grupo que escolhe o destino da viagem em função as espécies que buscam, como objectivo de aumentar seu recorde e

¹⁰ A *BirdLife International* é uma cooperação global de Organizações Não-Governamentais com foco especialmente na conservação e preservação da avifauna.

¹¹ Dados da publicação “*Birdwatching no Algarve – Propostas de Estruturação e Organização*”; da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves – SPEA de Dezembro de 2009.

superar os outros. Grupo menos exigente em relação aos serviços do destino, desde que supram suas ambições ornitológicas.

- Generalistas/Ocasionais: tem como motivação o contacto com a natureza e as experiências decorrentes, sendo a observação de aves uma actividade acessório, combinada com outras. Segundo o autor, não se sabe o peso de cada um dos grupos, entretanto estudos parecem indicar que a actividade é realizada por pessoas com conhecimentos básicos sobre identificação de aves, revelando um número superior de turistas ornitológicos ocasionais/generalistas.

Portugal possui um grande potencial para o desenvolvimento da actividade, sendo a Península Ibérica um dos principais destinos para a prática do *birdwatching* na Europa. Por sua variedade de paisagens e habitats em um território de pequena extensão, o que permite o fácil deslocamento, Portugal transformou-se em um destino para o Turismo de Natureza e para o *birdwatching*. Além das condições excelentes, são observadas cerca de 330¹² espécies de aves, sendo algumas delas com distribuição muito restrita no resto do mundo, o que torna Portugal ainda mais preferido pelos praticantes.

Os principais destinos para observação de aves em território Português são ligados intimamente às Áreas Protegidas, nomeadamente Parques e Reservas Naturais, Zonas de Protecção Especial (ZPE) e *Important Bird Area* (IBA), como as Reservas do Estuário do Sado e Tejo; Ria Formosa e o Sapal de Castro Mirim, Alentejo e Vale do Guadiana; Douro Internacional e o Tejo Internacional (Turismo de Portugal, 2010).

4. Caracterização da área de estudo e entidade gestora

4.1 Caracterização da área de estudo

4.1.1 O Concelho de Castro Verde

a. Características sócio económicas

O Concelho abrange uma área de 567,2 km² e uma população, segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas - INE Censos 2001, de 7603 habitantes, distribuídos em cinco freguesias: Casével (365 habitantes); a freguesia mais povoada, com mais de 50% da população total do concelho, Castro Verde (4820 habitantes); Entradas (774

12 <http://www.bubo.org/Checklists/portugal-bird-list-spea.html>

habitantes); São Marcos da Atabueira (373 habitantes); e Santa Bárbara de Padrões (1271 habitantes).

As perspectivas do desenvolvimento da região estão associadas directamente a implementação do Complexo Mineiro de Neves-Corvo¹³, que extrai minério de cobre e se prepara para exploração e produção de zinco, bem como as actividades e serviços ligados ao Complexo. Além deste, os empregos também estão surgindo junto ao surto crescente de construções civis e obras públicas.

Embora o Concelho seja povoado desde a Idade do Bronze, a partir do início do século XIX a região vem sofrendo com o abandono e, consequentemente, envelhecimento da sua população e decréscimo de jovens com idade activa (Gráfico 01), o que leva a diminuição da força laboral, reduzindo a capacidade do Concelho em ser auto suficiente em relação a mão de obra.

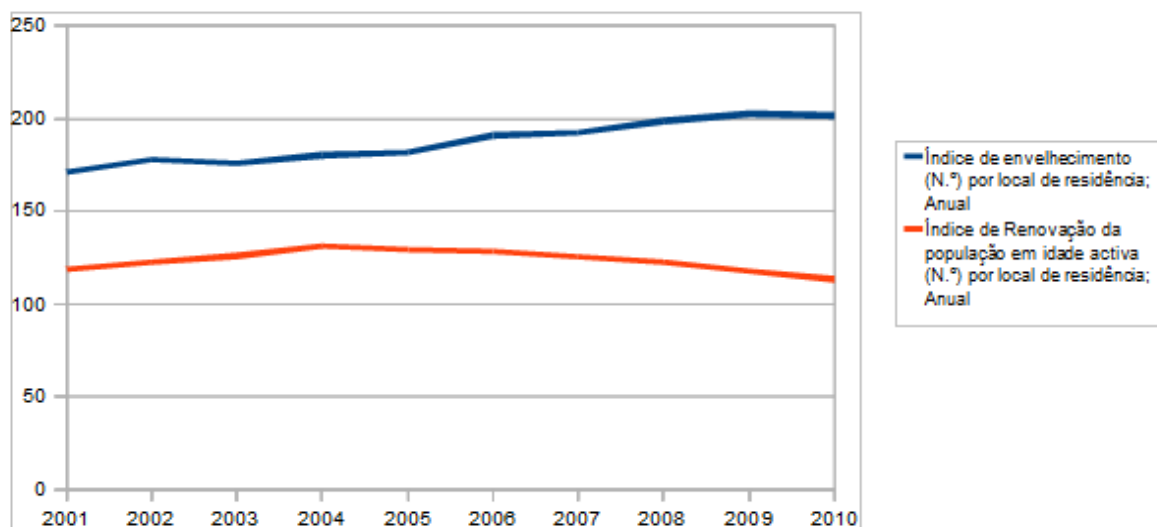


Gráfico 01 : Demonstração da evolução do últimos 10 anos da relação entre o índice de envelhecimento da população do Concelho de Castro Verde e a taxa de renovação da população em idade activa.

(FONTE: INE – Censos 2010)

O desenvolvimento dos sectores da exploração mineira, conforme citado, é que tem contribuído para o retrocesso da situação, sendo um grande alicerce económico para a população local. A agricultura possui menos viabilidade económica, resultado de uma exploração intensa que trouxe como consequência uma situação grave de erosão do solo. Resta, ainda, a pastorícia, uma tradição secular na região, que aproveita os pousios como

¹³ Em <http://www.cm-castroverde.pt>

pasto de, especialmente, gado ovino que está ligado à manufactura de muitos produtos regionais como as mantas de lã, queijos de ovelha e diversas outras especialidades gastronómicas.

No Concelho de Castro Verde, 56,18% da população trabalha no sector terciário, seguido do sector secundário com 32,7% e 11,2% no sector primário. Esta ordem de valores mantém-se em todo o Concelho, exceto na freguesia de Entradas, onde o sector primário ocupa maior mão-de-obra que o sector secundário, devido à importância acrescida da actividade pecuária e a cultura cerealífera¹⁴. Conforme a Tabela 02, utilizada no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – ZPE de Castro Verde, pode-se observar o perfil populacional relacionado as actividades económicas desenvolvidas no Concelho, onde grande parte do seu território (72,83%) é destinada a ocupação agrícola, enquanto que apenas 14,4% da população presente dedica-se ao seu desenvolvimento, sendo que deste valor, mais de 60% diz respeito a produtores com idade superior a 55 anos, reflectindo o envelhecimento da população activa e o possível abandono dos cultivos desenvolvidos na região, o que é um dos factores apontados como causadores da desertificação e alteração da paisagem local. Neste âmbito é importante observar que da percentagem total de ocupação de áreas agrícolas (72,83%), apenas 30% destas encontram-se beneficiadas pelas medidas agro-ambientais estabelecidas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000, especificamente na Intervenção Territorial Integrada Castro Verde¹⁵.

De acordo com os Censos de 1991 e 2001, tem-se observado um decréscimo no número de habitantes dessa região, em paralelo ao envelhecimento da população. Apenas os Concelhos de Beja e Castro Verde mantém sua população, este último, provavelmente, pela actividade mineira a se desenvolver. Isso reflecte-se nos números apresentados em relação à população activa, uma vez que os dados apontam para uma Taxa de Actividade¹⁶ de 39,8% em 1991, para 44,4% em 2001, apresentando uma sensível diminuição na taxa de desemprego. O sector do comércio e serviços emprega a maioria da população da região, contra os pouco mais de 14% dedicados ao sector agrícola.

A taxa de Analfabetismo ainda atinge números altos, mesmo que no mesmo comparativo dos Censos de 1991 e 2001 tenha se notado um decréscimo de quase 5% nos índices de analfabetismo, 15,7% da população ainda é analfabeta, sendo distribuída

14 Por: Instituto Nacional de Estatísticas em <http://www.cm-castroverde.pt>

15 Em http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico/GC_drural/GC_proder/GC_iti/GC_cv_aaup_R

16 Dados disponíveis em http://www.cm-castroverde.pt/cm_castroverde/concelho/default.asp?t=territorio&s=caracterizacao

desta forma em relação a escolaridade: Ensino secundário completo: 22,9%; ensino médio e superior: 7,3% (INE, 2001).

Indicador	ZPE	Total Rede Natura	Portugal Continental	Unidade	Período
População residente HM	4626	329376	10356117	indivíduos	2001
População Presente HM	4342	313188	10148259	indivíduos	2001
Densidade populacional	5,85	17,08	113,20	hab/km ²	2001
Taxa de actividade	33,87	38.14	48.20	%	2001
Índice de Poder de Compra	0,56	48.68	96.55	%	2002
Percentagem de população agrícola	14,40	15.93	11.38	%	1999
Taxa de produtores agrícolas singulares com idade entre 25 e 55 anos	39,73	32.88	34.15	%	1999
Taxa de produtores agrícolas singulares com idade superior a 55 anos	60,27	67.12	65.85	%	1999
Percentagem de área agrícola beneficiada pelas medidas agro-ambientais	c.30%	2.10	2.20	%	2001
Percentagem de ocupação de área agrícola	72,83	27,59	35,29	%	1990
Percentagem de ocupação do coberto florestal	17,61	31,27	36,91	%	1990

Tabela 02: Indicadores económicos da população do Concelho de Castro verde.

Fonte: COS 90, INE e MADRP em Indicadores Socioeconómicos – Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – Instituto da Conservação da Natureza – Janeiro/2006

b. Infra-estrutura

O Concelho dispõem de infra-estruturas mínimas para o recebimento de turistas no que diz respeito a hotelaria e restauração, oferecendo, segundo a Câmara Municipal de Castro Verde - CMCV:

- 1 parque de campismo municipal com capacidade para 400 utentes (Campismo/caravanismo e 10 Bungalows);
- 4 hotéis que oferecem um total de 290 quartos;
- 15 restaurantes.

A região é atendida por 3 empresas de animação turística localizadas dentro da ZPE:

- Fuga Perfeita – Especializada em rotas, percursos em mini-bus, visitas guiadas,

passeios pedestres e actividades de aventura;

- Emotion Sports – Desporto, natureza e turismo activo;
- Agência de Viagens Rota do Sul – Excursões, promoção e venda de viagens;

É importante ressaltar que as empresas de animação turística interferem de maneira muito sutil nas actividades turísticas endémicas, conforme observado em entrevistas e no decorrer do levantamento de dados. Tais empresas trabalham com autonomia no Concelho, explorando públicos específicos em hotéis de turismo rural e no mercado de turismo de aventura, deixando o nicho de *birdwatching* a ser explorado quase que exclusivamente ao Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçálinho - CEAVG.

Além dos serviços apresentados, a Câmara Municipal disponibiliza um “Posto de Turismo” com serviços de:

- Atendimento ao público;
- Venda de publicações e artesanatos locais;
- Marcação, organização e acompanhamento de visitas guiadas a grupos de turistas;
- Promoção turística do Concelho em feiras e festivais;
- Organização das Semanas Gastronómicas no Concelho, em parceria com a Turismo do Alentejo;
- Marcação e contactos para as feiras de artesanatos.¹⁷

c. Património Histórico e Cultural

Ainda que o Património Natural da região seja um grande atractivo turístico, suas condições sócio culturais e etnológicas também contribuem para a oferta de produtos variados e de maior procura. Em Castro Verde encontram-se a autenticidade e a tradição do povo que lá vive, bem como seu artesanato, gastronomia e seu cantar, este último bastante valorizado pela formação de inúmeros grupos de coral.

Como Património Cultural, a Câmara Municipal tem elencado os seguintes pontos e suas respectivas freguesias:

- Igreja das Chagas do Salvador (Séc. XVII) – Castro Verde;
- Igreja da Misericórdia (Séc. XVIII) – Castro Verde;

¹⁷ Dados colectados na Câmara Municipal de Castro Verde.

- Ermida de São Miguel (Séc. XVIII) – Estrada de Casével;
- Ermida de São Pedro das Cabeças (Séc. XVI) – Geraldos;
- Igreja Matriz de Santiago Maior (Séc. XVIII) – Entradas;
- Igreja da Misericórdia (Séc. XV) – Entradas;
- Capela de Nossa Senhora da Esperança (Séc. XVII) – Entradas;
- Igreja Paroquial (Séc. XVII) – Santa Bárbara dos Padrões;
- Igreja Paroquial (Séc. XV) – São Marcos da Atabueira;
- Ermida de Nossa senhora da Aracelis – Monte do Salto;
- Tesouro da Basílica Real – Castro Verde;
- Moinho de Vento – Castro Verde;
- Museu da Lucerna – Castro Verde;
- Núcleo Etnográfico do Monte das Oliveiras – 6 KM de Castro Verde.

Além dos pontos turísticos, Património Cultural da região, pode-se assim os considerar seu artesanato (cerâmica, serigrafia têxtil, cadeiras de buínho, tecelagem, rendas, bordados, miniaturas em madeira, violas campaniças) e sua gastronomia, favorecida pelos cultivos locais, tendo como especiarias e pratos tradicionais: Sopas de Pão, Açorda, Migas, Ensopado de Borrego e Cabeça de Borrego Assada; além da doçaria composta pelo mel, Folhados de Gila, Queijadas de Requeijão e Popias de Espécie.

O Concelho possui um calendário amplo de actividades para a promoção de suas riquezas culturais, com actividades para todo o ano, atraindo ramos do turismo religioso, cultural e gastronómico:

- Feiras:
 - Feira de São Sebastião (Pau Roxo) – 20 de Janeiro – Castro Verde;
 - Feira de Maio – 5 de Maio – Castro Verde;
 - Feira de Castro – 3º Fim-de-semana de Outubro – Castro Verde.
- Romarias:
 - Procissão de Nossa Senhora da Conceição – 8 de Dezembro – Castro Verde;
 - Nossa Senhora de Aracelis – 1º Fim-de-semana de Setembro – Aracelis;
 - São Miguel – 2º Fim-de-semana de Maio – São Miguel dos Gregórios;
 - Vigília de Santa Bárbara Padrões – 4 de Dezembro – Santa Bárbara Padrões.

- Festas:
 - Quinzena Cultural Primavera no Campo Branco – Abril/Maio – Todo o Concelho;
 - Entrudanças – Carnaval – Entradas;
 - Planície Mediterrânica – Festival Sete Sóis Sete Luas – 2º Fim-de-semana Setembro – Castro Verde;
 - Festas da Vila e Comemorações do Feriado Municipal – 29 de Junho e dias a cerca – Castro Verde;
 - Noites em Santiago – 25 de Julho – Entradas;
 - Festas de São Marcos da Atabueira – 25 de Abril – São Marcos da Atabueira;
 - Festas Santa Bárbara Padrões – Último fim-de-semana de Agosto – Santa Bárbara Padrões;
 - Festas de Casével São João – 24 de Junho – Casével.

Além das festividades, são muito presentes e valorizados na região os grupos corais e associações de cante, além da viola campaniça, totalizando 9 desses grupos em todo o Concelho, integrados por munícipes que buscam a integração social, além da apresentação em festas e feiras da região e além.

d. Património Natural

- Paisagem

A paisagem dominante, semi-natural na região, designada por estepe cerealífera ou pseudo-estepe, caracteriza-se pela ausência de árvores (a origem da palavra estepe é do russo *stepj*, que significa ausência de árvores) e por um sistema de rotação com cultivo de cereais de sequeiro, alternados com pousios, usados frequentemente como pastagens para ovelhas e vacas, com dominância de plantas herbáceas. Mesmo Portugal não possuindo as verdadeiras estepes, características da Europa Central e Oriental, a acção humana moldou a configuração mediterrânica através das práticas agrícolas tradicionais com o objectivo de satisfazer as necessidades primárias do homem e ao qual diversas espécies de aves estepárias se adaptaram, localizadas, em sua maioria na bacia do Rio Guadiana.

A região não possui influência atlântica significativa, onde a precipitação intensa ocorre no Outono e Inverno. O clima é considerado sub-húmido seco e tipicamente mediterrânico, com Verões quentes e secos e Invernos temperados. A temperatura média

anual varia entre 15,5° C e 16° C, tendo uma amplitude térmica bastante significativa, podendo variar entre os 8° C e os 43° C. A precipitação atinge um valor médio anual de 500 mm, sendo o período compreendido entre Novembro e Março, quase sempre, o mais chuvoso. No Verão a pluviosidade é reduzida ou mesmo nula, nomeadamente nos meses de Julho e Agosto.

O relevo e as características geológicas da região representam uma configuração caracterizada por zonas planas e onduladas (peneplanícies) bastante extensas e de altitude máxima de 300 metros. As rochas são, predominantemente, de xistos e grauvaques, com abundância de Leptossolos Líticos e os Luvissolos desses materiais, muito delgados e pedregosos nas áreas mais degradadas, constituindo solos muito degradados e com pouca matéria orgânica, tornando a zona muito sensível ao processo de Desertificação e à seca. Mesmo com a aridez dos solos, o sub-solo é rico em minérios como Cobre, Estanho, Zinco, Chumbo, Ouro e Prata. Os Concelhos de Mértola, Castro Verde e Aljustrel são atravessados pela Faixa Piritosa Ibérica, de grande interesse económico nacional e europeu na extracção de minérios (FRANCO, 1999).

Em relação aos habitats existentes nesta região, além do pseudo-estepe, podemos encontrar o montado (constituído essencialmente por Azinheiras e Sobreiros), os olivais, os matos e as zonas húmidas (linhas de água que são criadas no Inverno devido as grandes enxurradas da estação). Nestes habitats, nomeadamente no pseudo-estepe, diversas aves estepárias (assim denominadas por serem encontradas apenas em regiões de estepes naturais) adaptaram-se ao habitat semi-natural, tornando a região de grande importância para sua conservação em Portugal (FRANCO, 1999). A avifauna encontrou neste tipo de sistema construído pelo Homem, um ecossistema muito rico e importante para a sua sobrevivência, que se tornou habitat prioritário para um conjunto de espécies altamente especializadas e com estatuto de protecção desfavorável¹⁸.

- Flora

O montado encontra-se em cerca de 13000ha da ZPE, formado por Azinheira (*Quercus rotundifolia*) e Sobreiro (*Quercus suber*), que formam o mesmo tipo de habitat e produzem a mesma qualidade de alimentos, atraindo, portanto, as mesmas espécies da fauna local, como porcos e javalis, consumidores das bolotas e túbaras. Em relação ao estrato aforístico, destaca-se a Esteva (*Cistus ladinices*), que proporcionam o

18 Em Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, em <http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007/>

desenvolvimento de outras espécies como o Rosmaninho (*Rosmaninhos officinais*), a Roselha (*Cistus crispus*) e o Sargaço (*Halimium*). Tais plantas do esteval tem auxiliado para que os solos não sejam rapidamente erodidos (ALCAZAR, 2006).

Em regiões de linhas de água, verifica-se a existência de uma diversidade de flora bastante significativa, tendo como vegetação característica das ribeiras, que repete-se em todo o sul da Europa, o Loendro (*Nerium oleander*), a Tamarqueira (*Tamarix gallica*), no Tamujo (*Myrsine africana*) e Silvas (*Rubus*). Além do Trevo-de-quatro-folhas-peludo (*Marsilea batardae*), espécie bastante rara e ameaçada, portanto, protegida a nível mundial (ALCAZAR, 2006).

A distribuição da Unidade Paisagística¹⁹ do Concelho é, portanto, representada da seguinte forma:

- Pseudo-estepe: 82% da área do Concelho;
- Montado: 13% da área do Concelho;
- Matas: 4% da área do Concelho;
- Zonas húmidas: junto a linhas de água e pequenas albufeiras.

- Fauna

A configuração natural do Concelho atraiu diversas espécies da fauna estepária, nomeadamente aves característica deste habitat, garantindo a transformação da área em Zona de Protecção Especial na Rede Natura 2000. Para além das aves, pode-se encontrar 9 espécies de mamíferos como Javali (*Sus scrufa*), coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*) e Lebre (*Lepus campensis*); 12 espécies de peixes como o Escalo-do-Sul (*Squalius pyrenaicus*), Caboz-de-água-doce (*Salaria fluviatilis*) e Barbo-de-Steindachner (*Barbus steindachneri*); 7 espécies de répteis/anfíbios como Cobra-rateira (*Malpolon monspessulanus*), rã-verde (*Rana perezi*) e Sapo (*Discoglossus galgon*); 3 espécies de moluscos; e 2 espécies de crustáceos²⁰.

Mas ainda são as aves que mais se destacam na região, com 160 espécies²¹, entre habitantes e aves migratórias, atraindo pessoas do mundo todo para sua observação e apreciação. São de interesse maior, inclusive para o objecto deste estudo, as seguintes

19 PDM – Plano Director Municipal do Concelho de Castro verde

20 Em http://www.cm-castroverde.pt/cm_castroverde/ambiente/default.asp?t=patrimonio

21 <http://www.lpn.pt/LPNPortal/DesktopModules/SubPaginaProjectosDetalhes.aspx?ItemId=293&Mid=40&ParentId=1>

espécies²²:

- Abetarda (*Otis tarda*).

Tem na região seu maior núcleo reprodutor do país, com cerca de 1000 indivíduos. É considerada pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), juntamente com o Peneireiro-das-torres, espécie ameaçada a nível internacional.

- Peneireiro-das-torres (*Falco naumanni*).

É um pequeno falcão migrador, que nidifica em Portugal a partir de Março e retorna à África em Agosto.

- Sisão (*Tetrax tetrax*).

Espécie residente na planície Alentejana e pouco comum globalmente, a pesar de numerosa localmente. Possui o estatuto de ameaça vulnerável, segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.

- Grou (*Grus grus*).

Buscam a Península Ibérica no Inverno, vindos do Norte da Europa. Facilmente observada entre Novembro e Fevereiro com uma população invernante de cerca de 2000 indivíduos, não sendo, portanto, considerado raro, mas possui uma distribuição muito fragmentada e localizada.

- Cortiçol-de-barriga-negra (*Pterocles orientalis*).

Espécie residente e observada durante todo o ano. É considerada uma espécie rara a nível nacional com uma população de escassas centenas de indivíduos.

- Tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*).

Passa a primavera e o verão na região, vindo das savanas africanas, sendo um nidificante estival, presente no país entre Março e Setembro. Pouco abundante.

- Rolieiro (*Coracias garrulus*).

Vem para nidificação em Portugal entre Maio e Agosto. Pela supressão de seu habitat natural no País, tornou-se uma espécie rara em Portugal.

22 Dados sobre as espécies extraídos do panfleto “As Aves das Pseudos-Estepes Alentejanas”, publicado pela Liga para a Protecção da Natureza, 2010.

- Tartaranhão-azulado (*Circus cyaneus*).

Espécie migradora invernate, migra no início da Primavera para os países Nórdicos. É considerada uma espécie rara a nível mundial.

- Calhandrinha (*Calandrella brachyactyla*).

Presente no País durante o Verão, chega a Portugal ao final de Março e parte em Setembro. Embora se distribua por todo o território português durante seu período de migração, pode ser considerada uma espécie pouco abundante.

- Trigueirão (*miliaria calandra*).

Espécie residente na região, nidifica durante a Primavera, quando é facilmente observada e possui o canto do macho facilmente notado. É considerada uma espécie abundante a nível regional.

Entre a avifauna existente nesta região, algumas espécies encontram-se ameaçadas, como a Abetarda, considerada 'em perigo' segundo o Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal (2008) por consequência da perda do habitat pseudo-estepário, que vem sendo degradado pelo processo de desertificação, intensificação da agricultura, florestação das terras agrícolas, aumento dos cultivos lenhosos, construção de estradas e albufeiras assim como de outras infra-estruturas, além da utilização de agro-químicos, a perturbação humana e a colisão com linhas aéreas de energia; o que garantiu para a região a classificação como Zona de Protecção Especial (ZPE), bem como em toda a área de ocorrência da espécie. Pelos mesmos motivos da Abetarda, o Sisão e o Grou obtém o *status* de 'vulneráveis', sendo o Grou ameaçado, também, pela actividade cinegética. O Peneireiro-das-torres é classificado como 'vulnerável', uma vez que seu habitat de caça tem desaparecido, degradado e fragmentado pela alteração dos sistemas agrícolas tradicionais e sua reconversão em sistemas mais intensos; além disso, o Peneireiro-das-torres tem perdido substrato de nidificação e sofrido a diminuição de seus recursos devido a pesticidas e a competição por locais de nidificação com outras espécies.

4.1.2 A Zona de Protecção Especial de Castro Verde – ZPE Castro Verde

A área estudada situa-se no Baixo Alentejo, mais especificamente ao Concelho de Castro Verde, região sul de Portugal, caracterizada por relevos planos, clima semi-árido e regime de chuvas torrenciais. Por seu solo ser derivado de xistos e grauvaques, são muito delgados, portanto, com baixa capacidade de retenção de água, pouco férteis e com alto risco de desertificação. A região do Campo Branco, onde se localiza Castro Verde, tem na paisagem uma de suas maiores atracções, sendo a mais importante zona de pseudo-estepe (ou estepe cerealífera) de Portugal, correspondendo à zona das planícies cerealíferas do país.

A importância do ecossistema local e das espécies que se encontram na região, especialmente em relação as aves que participam da manutenção desta paisagem com estatuto de conservação desfavorável, levou à criação da Zona de Protecção Especial (ZPE) para as Aves de Castro Verde²³, no âmbito da Rede Natura 2000²⁴, abrangendo o território de 6 concelhos do Baixo Alentejo: Aljustrel, Almodôvar, Beja, Castro Verde, Mértola e Ourique, como pode ser observado no mapa da ZPE (Figura 01), totalizando uma área de abrangência de 85.845ha.

A ZPE de Castro Verde integra a área do “Campo Branco”, caracterizada pela exploração agrícola e pecuária extensiva, com ocorrência de Montados de Azinho, charnecas dominadas por estevais e olivais. Sua área florestal tem sido aumentada graças a recente florestação por pinheiro manso e azinho. A área agrícola é explorada num regime rotacional com o seguinte esquema, segundo o Plano Sectorial para a Zona de Protecção Especial de Castro Verde²⁵:

- 1º ano: cereal primário.
- 2º ano: cereal secundário.
- 3º ano: pousio.
- 4º ano: pousio, mobilizado no Outono para reinício do ciclo.

Ainda segundo o Plano Sectorial para ZPE de Castro Verde, o desaparecimento dos sistemas agrícolas extensivos é o principal factor de ameaça à conservação do ecossistema, citando como problemas enfrentados a baixa rentabilidade da actividade; terrenos menos produtivos passíveis de abandono agrícola; florestação de terrenos

23 Decreto de Lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro; alargada em 2008 pelo Decreto de Lei n.º 59/2008 de 27 de Março, que define uma área total para a ZPE de 85.845 ha.

24 Resolução n.º 115-A/2008 do Conselho de Ministros.

25 Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – Janeiro, 2006.

agrícolas; intensificação agrícola em terrenos mais produtivos, causando o desaparecimento da rotação tradicional, sobrepastoreio, instalação de regadios e vedações. Cita, ainda, como ameaças a mortalidade de aves devido à rede de linhas de transporte de energia, desrespeito das actividades agrícolas pelo ciclo de vida das espécies, infra-estruturas rodoviárias e perseguição directa (abate a tiros e coleccionismo).

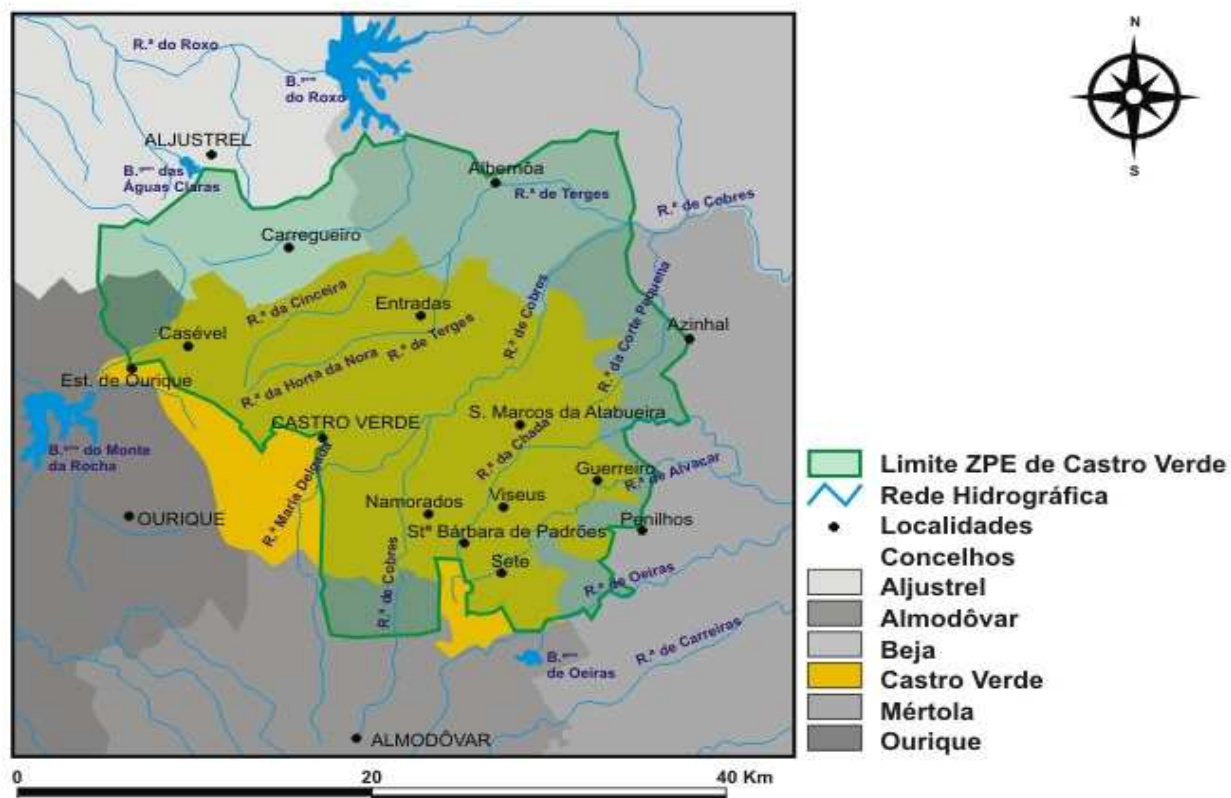


Figura 01: Mapa demonstrativo dos limites da ZPE de Castro Verde, salientando os Concelhos que abrange bem como a área de abrangência dentro do Concelho de Castro Verde.

FONTE: Câmara Municipal de Castro Verde, em: http://www.cm-castroverde.pt/cm_castroverde/ambiente/default.asp?t=rede&s=mapa

Desde 1998, a ZPE conta com um Plano Zonal Agro-Ambiental, disponibilizando ferramentas e apoio específico à manutenção dos sistemas agro-florestais, sendo de adesão voluntária por parte dos agricultores locais. Aos que aderem ao Plano, cabe a implementação de diversas medidas agrícolas e práticas que podem implicar perdas no seu rendimento, além de custos adicionais que são compensados. São medidas a aplicar-se²⁶:

- A manutenção anual de uma proporção da exploração (até 60%) em pousio ou pastagem;

26 Em: http://www.cm-castroverde.pt/cm_castroverde/ambiente/default.asp?t=rede&s=plano

- A limitação do número de gado (encabeçamento) para evitar o sobre-pastoreio de vegetação natural e o pisoteio dos ninhos;
- O atraso nas ceifas do cereal para minimizar a perturbação e atropelamento dos ninhos das aves no solo;
- A limitação das lavouras para não coincidir com o início da reprodução das aves;
- A sementeira de pequenas parcelas com plantas leguminosas específicas para o consumo das aves;
- A existência de pontos de água acessíveis para as aves.

A ZPE conta com o auxílio da Federação das Associações de Agricultores do Baixo Alentejo no que diz respeito ao contacto com os agricultores, através da Associação de Agricultores do Campo Branco – AACB. A AACB foi criada em 1989 e, actualmente, possui aproximadamente 900 associados, aos quais presta serviços nas áreas de sanidade, técnicas e para esclarecimentos, contando com uma equipa permanente de 3 técnicos e 8 administrativos²⁷. Como parte colaboradora desde 1995 para a implementação do Plano Zonal de Castro Verde, a Associação tem se esforçado no que diz respeito a conservação e protecção das espécies e paisagens que compõem do Campo Branco, com um programa em vigor que se insere nas Medidas Silvo e Agro Ambientais do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PRODER²⁸, através de Intervenção Territorial Integrada de Castro Verde²⁹, com medidas específicas à região que objectivam a preservação de habitats e de determinadas espécies da flora e fauna ameaçadas através de instrumentos de gestão das áreas, com pontos direccionados a ZPE de Castro Verde.

4.2. Caracterização da entidade gestora

4.2.1 A Liga para a Protecção da Natureza

Pode-se dizer que o movimento ambientalista Português teve seu início intimamente ligado ao aparecimento da Liga para a Protecção da Natureza em 28 de

²⁷ Em <http://www.faaba.net/conteudo.php?cat=2&cat1=2&cat2=0&cat3=0&idioma=pt>

²⁸ Trata-se de um instrumento estratégico e financeiro co-financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, servindo como suporte para o desenvolvimento rural do continente no período de 2007 - 2013. Aprovação pela Comissão Europeia pela Decisão C(2007) 6159, de 4 de Dezembro (Em [http://www.portugalglobal.pt/PT/InvestirPortugal/GuiadoInvestidor/Paginas/ProgramadeDesenvolvimentoRuraldoContinente\(PRODER\).aspx](http://www.portugalglobal.pt/PT/InvestirPortugal/GuiadoInvestidor/Paginas/ProgramadeDesenvolvimentoRuraldoContinente(PRODER).aspx))

²⁹ Legislada pela Portaria n.º 323-A/2008 de 11 de Março. Em: http://iticastroverde.com.pt/pages/quem_somos/index.php

Julho de 1948, por iniciativa do Professor Carlos Beata Neves, do Instituto Superior de Agronomia, em uma resposta ao apelo do poeta Sebastião da Gama sobre a destruição da Mata do Solitário na Arrábida, como consequente resposta da sociedade civil a crise ambiental e aos alertas emitidos pela própria natureza contra sua destruição, sendo o primeiro passo para a criação desta entidade e a sua participação nas questões ambientais. Desde sua criação a Liga para a Protecção da Natureza mantém contactos permanentes com Universidades e outras instituições científicas nacionais e internacionais, contando com inúmeros colaboradores, associados, representantes, técnicos e investigadores. Possui, hoje, acção em âmbito nacional e conta com cerca de 7500 sócios.

A LPN, Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA) mais antiga da Península Ibérica, é uma associação sem fins lucrativos com estatuto de utilidade pública, cujos principais objectivos são contribuir para a conservação do património natural, da diversidade dos ecossistemas e das espécies, utilizando como instrumentos para tanto a intervenção cívica através de projectos de Conservação da Natureza, trabalhos de investigação, formação, educação e sensibilização ambiental. É membro da *The World Conservation Union* (IUCN), da *European Environmental Bureau* (EEB), do Conselho Ibérico (CIDN), *Mediterranean Information Office for Environmental Culture and Sustainable Development* (MIO-ECSDE), do *Seas at Risk* (SAR) e da *European Union for Coastal Conservation* (EUCC) da *World Wide Fund for Nature* (WWF), representante da Agência Nacional do Centro Naturopa do Conselho da Europa e membro fundador da Rede Portuguesa de Educação Ambiental. Neste sentido, a entidade busca trabalhar com os diferentes actores da sociedade organizada, como Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais, agricultores, autarcas, investigadores, técnicos em todos os níveis regionais, nacionais e internacionais, além do apoio ao desenvolvimento de estágios, teses de mestrado e de doutoramento, estabelecendo parcerias que promovem a intervenção cívica participativa.

A missão da LPN diz respeito a conservação do ambiente pela sociedade, conciliando as especificidades sociais e culturais com a preservação da biodiversidade e com o uso sustentável dos recursos naturais, representando a sociedade civil na condição de ONGA, pretendendo a promoção do desenvolvimento sustentável, intervindo em prol do Meio Ambiente e da Conservação da Natureza, através da emissão de propostas, pareceres, manifestos e comunicados de imprensa; participando de processos de discussão pública, de instrumentos de ordenamento de território, estudos de impacte ambiental ou de propostas legislativas, organização e participação em eventos sobre

diferentes temáticas do domínio ambiental. Através de tais actividades, a LPN objectiva exercer o direito de participação pública na tomada de decisões, acompanhando e influenciando o desenvolvimento da política pública de ambiente, pretendendo, ainda, demonstrar a necessidade e a pertinência do associativismo como forma de preencher lacunas existentes na sociedade contemporânea, actuando principalmente nas áreas de intervenção cívica na defesa do Ambiente e do património natural; projectos de Conservação da Natureza; e formação, sensibilização e educação ambiental. A LPN desenvolve vários projectos e campanhas relacionadas a conservação de espécies ameaçadas, águas, florestas, agricultura e oceanos, com estratégias de alerta para as situações existentes e desenvolvimento de instrumentos de conservação e gestão adequadas.

Sua sede actual em Lisboa foi doada em 1976 pela família Freire de Andrade, onde funciona desde 2000 um Centro de Formação Ambiental. Possui, ainda, 5 herdades em Castro Verde, com um total de 1700 hectares e um Centro de Educação Ambiental no Vale Gonçálinho - CEAVG; e o CARAS – Centro de Acolhimento e Recuperação de Animais Silvestres, em Évora. A LPN tem duas delegações regionais: LPN-Alentejo, LPN-Algarve e um núcleo: LPN-Centro.

São resultados das acções directas da LPN a criação de várias áreas protegidas em Portugal, como o Parque Nacional Peneda-Gerês (1971), Parque Natural da Arrábida (1976), Reserva Natural do Estuário do Sado (1980), Reserva Natural da Sera da Malcata (1981), Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (1988). Além da criação de tais áreas, a LPN mantém sua colaboração activa na gestão e conservação através da participação em Comissões e Conselhos Técnicos, rendendo à LPN prémios e condecorações, como a condecoração com a Ordem do Infante Dom Henrique em 1994; Prémio Europeu Ford de Conservação em 1994/1995, pelo Projecto “Conservação da Avifauna das Estepes Cerealíferas de Castro Verde”; condecoração com a Ordem do Mérito em 1998; Prémio Milénio Sagres Expresso pelo Projecto “Centro de Demonstração para Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos Hídricos” desenvolvido em Castro Verde, em 1999; Prémio “Aboim Sande Lemos – Identidade Portuguesa 1999” da Sociedade Histórica da Independência de Portugal; Prémio Ford para Conservação do Ambiente na categoria Engenharia Conservacionista pelo Projecto-piloto de Combate à Desertificação no Baixo Alentejo em 2001; Grande Prémio Nacional dos Prémios Ford Motor Company para Conservação e Ambiente e da categoria Meio Ambiente Natural pelo Projecto Recuperação do Peneireiro-das-torres em Portugal, em 2002; Prémio Global 100 Eco-Tech, na Expo 2005 no Japão que premiou as 100 melhores tecnologias ambientais

que contribuem expressivamente para resolução de problemas ambientais globais e para criação de um futuro sustentável, pelo Programa Castro Verde Sustentável.

Como instrumento da sociedade para participação pública na tomada de decisões, a LPN assume papel extremamente importante diante da comunidade através do seu componente de intervenção, apoiando a sociedade civil na busca pelo desenvolvimento de políticas públicas de ambiente.

4.2.2 O Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalinho - CEAVG

A LPN iniciou em 1993 o Programa Castro Verde Sustentável, que implementa medidas de preservação da avifauna estepária e seu habitat, configuração típica da região. Ao abrigo deste Programa têm vindo a ser implementados diversos projectos, alguns deles financiados através do Programa LIFE – Natureza³⁰. O Programa surgiu na intenção de impedir a exploração silvícola desenfreada de algumas áreas da região do Campo Branco, sistema de elevada importância para as aves estepárias, que foram adquiridas à época por companhias de melhoramento de celulose. No início foi realizado o processo de aquisição das áreas em questão pela LPN, com a implementação de uma gestão agrícola compatível com a conservação da avifauna. Sendo assim, foram adquiridas 5 herdades de significativa importância para a preservação de aves estepárias, realizando um plano de gestão para cada uma das áreas considerando diversos tipos de acções aos níveis da agricultura, do património construído e das linhas de água.

A gestão agrícola das áreas é estabelecida através de acordos renovados anualmente com agricultores locais, que comprometem-se a cumprir determinações ditadas pela Liga para a Protecção da Natureza, que visam criar melhores condições para a avifauna. Tais condições são relacionadas com datas de ceifas, percentagem de áreas destinadas a cereais, sementeira de leguminosas que podem servir de alimento para as aves, entre outras. Além disso, outros trabalhos de gestão estão relacionados com a recuperação da vegetação das ribeiras, hoje praticamente extintas; arranjo e colocação de vedações e portões; vigilância contínua das herdades; e instalações de painéis identificativos. Ainda como objectivo do projecto, foi realizada a classificação das herdades adquiridas como reservas integrais de caça³¹, como meio de proporcionar às aves um abrigo de permanência durante os dias de actividade cinegética.

³⁰ Programa comunitário que co-financia projectos que visam restaurar e conservar habitats naturais sensíveis/ameaçados e proteger espécies de interesse na União Europeia e nos países candidatos à adesão.

³¹ Portaria n.º 576 de 16 de Outubro de 1996 do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que proíbe o exercício da caça na Herdade do Monte do Vale Gonçalinho, em Castro Verde.

São desenvolvidos projectos com vistas à protecção de espécies ameaçadas e vulneráveis, como o Peneireiro-das-torres (*Falco naumanni*) e a Abetarda (*Otis tarda*), respectivamente, que viabilizam a melhoria das condições de sobrevivência das espécies, proporcionando novos locais para nidificação. Estão, ainda, a ser efectuados estudos técnicos e científicos para conhecer com maior profundidade as relações entre os aspectos biológicos de algumas espécies de aves e a utilização agrícola da terra.

Com o apoio do Programa Operacional do Ambiente (POA)³² e da Câmara Municipal de Castro Verde, a LPN desenvolveu o CEAVG, que tornou-se ponto de informações, formação ambiental e lazer, onde são disponibilizados mapas de percursos, informações sobre a região e espécies disponíveis para visualização, guias de natureza, entre outros.

Em 1999 foi aprovada a ZPE³³ para a avifauna de Castro Verde, sítio incluso na Rede Natura 2000³⁴, o que resultou no aumento das responsabilidades do Estado português na manutenção do património natural da região e no bom funcionamento do Programa Zonal e da manutenção do rendimento económico das explorações dos agricultores da região.

Diante do interesse no desenvolvimento sustentável da região, a LPN desenvolveu produtos a ofertar como meio de desenvolvimento socioeconómico da área em questão, através do Projecto de Desenvolvimento de Ecoturismo em Castro Verde, que originou-se com um Projecto co-financiado pelo Programa LEADER – Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural³⁵, que visa o incentivo aos visitantes à exploração do património da região, através de passeios guiados de interpretação da paisagem, actividades de Fotografia da Natureza ou para prática da observação de aves (*birdwatching*), corroborando às actividades de Conservação da Natureza que a LPN desenvolve na região. A prática do *birdwatching* na região atrai turistas das mais diversas partes do mundo, fomentando o turismo local e o desenvolvimento da região como um todo.

Cabe ressaltar o empenho da unidade de Castro Verde em relação a divulgação³⁶ da região e seu potencial para o ecoturismo, em especial do *birdwatching*, junto de operadores e jornalistas de Portugal, bem como de outros países, em parceria com a

32 Instrumento financeiro destinado à realização de iniciativas ambientais que visem a valorização do património natural e do ambiente urbano, além da melhoria das infra-estruturas de informação, sensibilização e gestão ambiental para o período de 2000 a 2006.

33 Decreto de Lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro; alargada em 2008 pelo Decreto de Lei n.º 59/2008 de 27 de Março, que define uma área total de 85.845 ha.

34 Resolução n.º 115-A/2008 do Conselho de Ministros.

35 Regulamento (CE) n.º 1260 do Conselho de 21 de Junho de 1999.

36 Pode ser verificado através de projectos desenvolvidos em: projectos.lpn.pt/ruralvalue

Turismo do Alentejo ERT e demais colaboradores do desenvolvimento local, através de diversos meios de divulgação como feiras, mídias, *fam trips*, etc..

5. Métodos

Como ponto de partida foi realizada uma extensa pesquisa e análise documental e bibliográfica, como necessidade de referências teóricas que auxiliassem na definição de conceitos e de tendências de pesquisa que contribuíssem com a problemática da investigação (THIOLLENTT, 1997).

Para análise dos impactos sociais e económicos do desenvolvimento do Turismo de Natureza, nomeadamente o *birdwatching* na região de Castro Verde, no que diz respeito as actividades desenvolvidas por parte da LPN no CEAVG, foram estabelecidos critérios gerais para análise qualitativa, orientados por Chris Ryan (1991), que serviram como Norte para a pesquisa efectiva e para elaboração dos instrumentos aplicados no que concerne o levantamento junto a população e actividades do comércio local:

- Fluxo de turistas;
- Tipo de turistas (perfil social, económico, intelectual);
- Desenvolvimento turístico pontual da região (capacidade hoteleira, restauração, transporte, etc.);
- Capacidade de carga;
- Colaboração do governo local;
- Outras influencias tecnológicas, económicas e sociais;
- Análise das diferenças sociais locais;
- Nível da valorização das tradições culturais locais.

Para tanto foi realizado o levantamento dos produtos turísticos da região, em relação ao seu património natural e cultural, apontando a relação entre os produtos de maior potencial como sendo os de maior frequência de visitação. Assim, foram analisados dados da CMCV em relação ao fluxo turístico e perfil do turista que busca a região objectivando confrontar as actividades da LPN na região ao desenvolvimento do Turismo e do próprio Concelho; bem como a análise dos dados estatísticos do INE em relação ao número de dormidas e dados populacionais do Conselho, considerando a necessidade de observação dos estímulos a investimentos; as restrições econ micas e legais que se observam pela actividade; a elasticidade da demanda, através de factores econ micos

de influência na demanda turística; e factores que influenciam directamente na oferta e procura turística (IGNARRA, 2003). Através do levantamento e análise destes dados foi possível identificar as relações de oferta e procura do segmento do turismo de natureza, bem como sua influência local.

Para os efeitos deste estudo, foram considerados quatro pontos turísticos de referência no Concelho para levantamento de fluxo turístico da região, sendo eles os seguintes, junto de seus respectivos administradores:

- Posto de Turismo de Castro Verde (CMCV);
- Basílica Real (Tesouro da Basílica Real);
- Museu da Lucerna (Cortiçol);
- Centro de Educação Ambiental Vale Gonçalinho – CEAVG (LPN).

Para a definição dos impactes económicos e sociais do desenvolvimento das actividades da LPN sensíveis a comunidade, nomeadamente, foi elaborado um inquérito (Apêndice 01) com variáveis referentes ao conhecimento do indivíduo em relação as actividades do CEAVG na região; as possíveis ligações do indivíduo ou familiares à LPN; experiências e sensibilidade em relação as actividades desenvolvidas pela LPN; participação directa ou indirecta nos projectos propostos pela LPN; disposição a participação em algum dos projectos desenvolvidos pela LPN na região; além de sugestões pessoais em relação a iniciativas que poderiam ser tomadas pela LPN para contribuição no desenvolvimento local, para através deste último compreender de que maneira a entidade pode contribuir para que os impactes sentidos sejam positivos. O inquérito foi desenvolvido com perguntas e respostas pré estabelecidos, abordagem que visa facilitar o interesse do entrevistado em respondê-las, com o objectivo de recepção de respostas qualitativas para definições de hipóteses operacionais (HILL & HILL, 2009).

Tal inquérito foi aplicado pelo método de exaustão, que consiste na aplicação do maior número possível de questionários no período de tempo disponível (CERQUEIRA & FREIRE, 2009), em uma amostra de 200 moradores da Freguesia de Castro Verde, 36 da Freguesia de Casével, 35 da Freguesia de Entradas, 50 da Freguesia de Santa Bárbara dos Padrões e 20 da Freguesia de São Marcos da Ataboeira, o que representa 4,71% dos residentes do Concelho, excluindo a ocupação sazonal, visando identificar o nível de sensibilidade em relação ao desenvolvimento das actividades da LPN em Castro Verde, identificando as relações entre população local e o trabalho desenvolvido com o objectivo de garantir que o mesmo, dentro dos conceitos de Turismo de Natureza, estejam a estabelecer o desenvolvimento social e económico local sem afectar seus valores

culturais.

Utilizando do mesmo princípio do inquérito anterior, no que diz respeito a abordagem e metodologia, foi desenvolvido e aplicado um inquérito destinado aos estabelecimentos de restauração (Apêndice 02) e outro a hotelaria (Apêndice 03), sendo as variáveis definidas em relação ao fluxo de público, a frequência de turistas estrangeiros, média de gastos, média de grupos organizados por operadores turísticos e a receita gerada por estes grupos, percentualmente. Tais variáveis são relacionadas a sazonalidade dos eventos, divididos pelas estações meteorológicas (Primavera, Verão, Outono e Inverno). O inquérito foi aplicado em 05 estabelecimentos de hotelaria da Freguesia de Castro Verde, demonstrando 80% dos estabelecimento hoteleiros do Concelho, uma vez que apenas um dos empreendimentos não disponibilizou dados e recusou-se a participar do levantamento quali-quantitativo de suas actividades . Além dos estabelecimentos de hotelaria, foram aplicados inquéritos em 10 empreendimentos de restauração do Concelho de Castro Verde, representando 66% dos estabelecimentos do género.

A análise dos dados foi realizada de maneira exploratória quali-quantitativa (HILL & HILL, 2009). Após a recolha e análise, os dados foram filtrados e confrontados com os dispostos pela CMCV em relação ao número de visitantes³⁷, buscando identificar o número de turistas atraídos à região pela actividade de Turismo de Natureza, nomeadamente o desenvolvido pela LPN, bem como os que acabam por permanecer no Concelho e usufruir dos atractivos locais. Para além destas análises, foram observados os estudos de capacidade de carga propostos no início das actividades de *birdwatching* pela LPN.

É importante ressaltar que para este estudo não foram analisados os impactes ambientais da actividade, tendo como objectivo específico verificar a participação efectiva da LPN no desenvolvimento económico do Concelho e os possíveis impactes sociais do desenvolvimento da actividade em relação a comunidade estudada.

6. Resultados e discussões

6.1 Impactes sociais

Diante do contexto de crise económica que se estabelece em todo o mundo e, especificamente, em Portugal, a importância do turismo como um dos factores

³⁷ Os dados fornecidos pela CMCV são referentes aos anos de 2007 a 2010.

dinamizadores da economia nunca foi tão presente quanto na última década. A Região do Alentejo, suportado pelo mercado interno, registou em 2010 o maior aumento relativo ao número de dormidas em 6,7%, resultado do crescimento dos turistas nacionais (Turismo do Alentejo E.R.T.). Segundo dados da CMCV, seus esforços como contribuição para tal elevação dos números, deu-se através da aposta nas actividades culturais da região e da oferta de programas alternativos de animação e desporto em conjunto com os esforços da iniciativa privada em oferecer diversidade de alojamentos turísticos na região e também municipal com a abertura do Parque de Campismo em 2009, que representou um aumento significativo do ano de 2009 para o de 2010, com um aumento de 2.519 dormidas no primeiro ano de funcionamento para 19.978 em 2010, onde a grande maioria dos clientes é atraído pelas ofertas culturais de Castro Verde (eventos, património histórico/cultural, artesanato e gastronomia), segundo dados disponíveis pela administração do Parque de Campismo.

Com o desenvolvimento do turismo na região, foi observado o desenvolvimento da infra-estrutura e o crescimento do Concelho no intuito de melhor receber o fluxo crescente de turistas. Tal desenvolvimento, representado, por exemplo, pela instalação de complexos de hotelaria e do Parque de Campismo, conforme já citado, deve ser realizado de maneira ordenada e planeada, uma vez que, segundo Ruschmann (1997), para que o desenvolvimento turístico esteja em equilíbrio com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, deve estar muito bem planeado para que se evite a destruição das bases que fazem o turismo ali existir. Principalmente no que diz respeito a exploração turística de áreas protegidas, como é o caso da LPN, que explora a ZPE de Castro Verde. Para tanto, estabelece como instrumentos para tal finalidade o Plano Sectorial para a ZPE de Castro Verde e o Plano Director Municipal³⁸ que estabelecem orientações de gestão e exploração do território; além de buscarem o crescimento ordenado, a degradação do ambiente, ocupação desordenada, vazamento de renda e especulação imobiliária, por exemplo.

Não é possível afirmar que exista elevação da demanda populacional na região devido ao recente investimento e fomento no sector turístico, uma vez que, segundo os dados dos Censos do INE, a população tem diminuído de maneira tímida com o passar dos anos (Gráfico 02).

38 Resolução do Conselho de Ministros n.º 59 de 02 de Setembro de 1993.

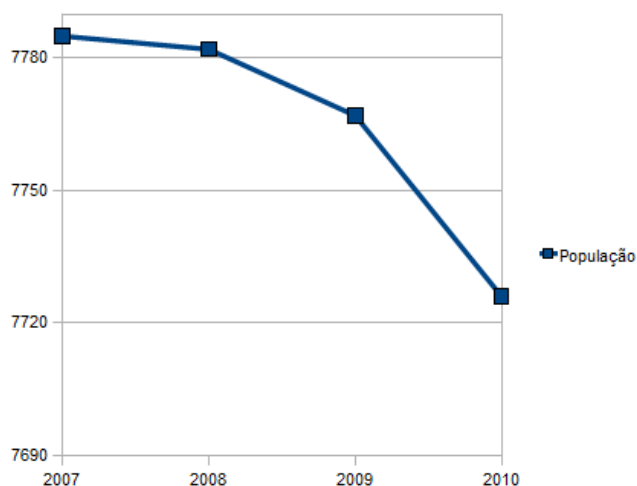


Gráfico 02: Variação da população residente em Castro Verde nos últimos 4 anos.
(Dados: Instituto Nacional de Estatísticas - 2011)

Observa-se no município a grande preocupação em manter a população jovem, visualizada nas pesquisas ali realizadas. Existe uma preocupação com que os jovens ali nascidos permaneçam no Concelho, sensibilizados pela falta de oportunidades de empregos e de capacitação para os mesmos, uma vez que o grande sector económico da região seja as minas extractivistas. As oportunidades de estudos são ainda mais limitadas, uma vez que os pólos educacionais se encontram distantes da comunidade local (Beja ou Ourique). Sendo assim, pessoas vindas de outras cidades, com maior capacitação, acabam absorvendo as oportunidades de emprego na região.

É nítido o valor que esta comunidade dá ao seu património cultural, sendo evidenciado pelo orgulho com que o assunto é abordado pelos autóctones e o zelo que os mesmos têm em relação aos seus principais produtos turísticos, uma vez que as principais motivações do turista em Castro Verde dizem respeito ao seu património cultural material e imaterial (festas, feiras e festivais). Uma variável interessante nesta abordagem é o facto de que a maioria dos visitantes são de origem portuguesa, segundo dados da CMCV, enquanto que a maioria dos visitantes do CEAVG são estrangeiros (57,3% segundo dados apurados no período 2007-2010 pelo CEAVG), dando, portanto, o CEAVG um importante contributo para a incidência de fragmentos culturais estrangeiros na região, o que é considerado positivo pela população local, uma vez que, diante da amostragem que foi inquerida para o presente estudo que considerou impactos positivos das actividades da LPN na região, 46,8% considera o intercâmbio cultural o factor de maior contribuição. Entretanto a representatividade desse público estrangeiro é, ainda, muito tímida, uma vez que são observados visitantes e não turistas que, assim, apenas têm Castro Verde como itinerário de passagem, não para dormidas e alimentação, não

levando a contribuição desejável em termos económicos. Segundo inquéritos aplicados em estabelecimentos de restauração e de alojamento que têm este controlo, a grande maioria dos turistas são portugueses que aparecem principalmente na Primavera e no Verão.

6.2 Impactes Económicos

Para efeito da análise de impactes económicos na região, faz-se fundamental a análise do grau de desenvolvimento da região, uma vez que qualquer actividade económica pode trazer dois tipos de influência sobre a economia: actividade intensa de investimentos e expansão na instalação; e a operação propriamente dita (FERNANDES, 2002). Entretanto o volume do impacte dependerá nomeadamente da capacidade local em fornecer e suportar as demandas de bens e serviços do sector turístico.

O Concelho de Castro Verde apresenta uma economia muito voltada ao sector secundário que representa 32,7% do emprego³⁹, principalmente após a abertura da Mina de Neves-Corvo, como já observado, que garante à indústria extractivista 80% dos empregos e 98% do volume de negócios do sector secundário, seguido pelos muito distantes 4,4% dos empregos gerados pelas construções. Entretanto, Castro Verde já teve, pela década de 70 do século XX, 60% do produto interno do Concelho oriundo do sector primário. Foram as alterações nas vertentes económicas (especialmente a adesão de Portugal a Comunidade Económica Europeia – CEE, hoje União Europeia) que fizeram com que a população agrícola de Castro Verde tenha se limitado a 11% da população. Segundo o Recenseamento Agrícola⁴⁰ de 1999, existe no Concelho 316 produtores, ocupando uma área de 47.711 hectares.

O sector de serviços, ou terciário, representa, depois do sector mineiro, a actividade predominante na região, onde abriga 56,2% da população empregada sendo o sector que representou o maior crescimento na última década, tanto em geração de empregos como em volume de negócios⁴¹. O desenvolvimento da região e o aumento do poder aquisitivo dos autóctones gerou um crescimento do consumo, bem como a modernização do mesmo, o que define a estratégia de empresários em optar pelos serviços de proximidade (comércio pequeno sem especialização de produtos) e pela pequena indústria de apoio a, por exemplo, construção civil. É neste sector que se

39 Dados de 2001 – INE.

40 Dados do INE.

41 Dados da CMCV em http://www.cm-castroverde.pt/cm_castroverde/economia/default.asp?t=comercio

enquadram as actividades de turismo, que timidamente vem se firmando com importância para o Concelho. Complementarmente a oferta nas áreas da restauração e do alojamento, desenvolvem-se na localidade ofertas de bastante interesse qualitativo, como é o caso do CEAVG, que domina o mercado relacionado à observação de aves. O fomento do turismo local é ligado á *stakeholders*⁴² que, no formato de lideranças locais e regionais, demonstram sensibilidade em relação ao desenvolvimento da oferta de serviços e ao controlo da venda dos produtos turísticos. Existe uma certa preocupação em relação aos operadores turístico que vendem o produto Castro Verde sem controlo logístico da CMCV, tal preocupação é rebatida pelos operadores turísticos que, em entrevistas realizadas para este estudo, garantiram existir uma tendência do CEAVG em favorecer operadores internacionais. É importante ressaltar que os operadores internacionais, bem como o seu público, são os maiores interessados no produto em questão.

Por parte dos estabelecimentos de restauração do Concelho, pouco se nota a preocupação em melhor atender os turistas, facto observado pela CMCV que trata tal tópico como de grande entrave para o desenvolvimento turístico. Segundo inquéritos aplicados nestes estabelecimentos, apenas 50% dos entrevistados trabalham em conjunto com operadores turísticos ou recebem grupos organizados de turistas, que representam uma média de 10% da receita gerada pelo estabelecimento, onde se apresenta uma ocorrência maior desses grupos na Primavera e no Verão.

6.3 Análise do Impacte Social e Económico do desenvolvimento da actividade turística do CEAVG pela percepção da população e dos *stakeholders*.

A seguinte análise tem por objectivo demonstrar se o desenvolvimento das actividades do CEAVG no desenvolvimento do Turismo de Natureza, nomeadamente o *birdwatching*, produzem impacte tanto no âmbito social quanto económico, e de que maneira são sentidos pela população e pelos actores do turismo, no caso a CMCV e demais órgãos ligados ao desenvolvimento local e operadores turísticos. É sabido que a principal motivação do residente local em relação ao turismo é o interesse económico, entretanto o caso de estudo busca o estabelecimento de actividades de *birdwatching*, prioritariamente como instrumento de conservação da natureza, uma vez que desde que foi lançado o programa de visitas e observação de fauna no ano 2000 no âmbito do

42 Lideranças locais ou regionais que actuam em organizações de desenvolvimento territorial, actores do desenvolvimento local e regional do turismo: comunidade local, organizações não governamentais, sector público, etc.. (WITTMANN, 2004)

Programa Castro Verde Sustentável, promove o ordenamento da visitação à ZPE, tornando a actividade muito mais restrita o que tende a representar um impacto peculiar na sociedade local.

A análise da percepção dos moradores de Castro Verde em relação ao impacto social e económico das actividades aqui apresentadas justifica-se, ainda que impregnada com variáveis subjectivas não representando, necessariamente, a colectividade, para que se possa apresentar a eficiência do programa de turismo de natureza em suas qualidades intrínsecas e a contribuição da mesma para o desenvolvimento local. É importante ressaltar que a percepção da população em relação as actividades da LPN não significa, necessariamente, a percepção em relação ao desenvolvimento do turismo local.

6.3.1 Análise do Impacte Social e Económico do desenvolvimento da actividade turística do CEAVG pela percepção dos *stakeholders*.

Para este caso foram consultados os órgãos da CMCV ligados ao desenvolvimento da região e, nomeadamente, do turismo local, além das entidades de desenvolvimento turístico como a Turismo do Alentejo e Turismo de Portugal, além dos esforços privados do sector como as empresas de animação e operadores turísticos da região e do CEAVG.

Os factores limitantes do desenvolvimento turístico, no que diz respeito à ocupação territorial, dizem respeito, para além da ZPE, as áreas de desenvolvimento agrícolas (Reserva Agrícola Nacional - RAN), reservas de caça e Reserva Ecológica Nacional (REN)⁴³. Tais constrangimentos legais e dificuldades burocráticas tendem a intimidar o desenvolvimento de projectos neste sector, segundo a Câmara Municipal de Castro Verde. A LPN trabalha directamente com tais factores no desenvolvimento do turismo de natureza em suas herdades na região. Quando da realização do Plano de Ordenamento Ecoturístico das áreas do Projecto Peneireiro-das-torres⁴⁴, em 2005, houve a previsão de fomento das actividades de fotografia da natureza, respeitando os limites de capacidade de carga⁴⁵ e os limites de alteração aceitável (LAA) que assumem o uso de uma área para actividades recreativas gera a deterioração da mesma, ainda que em grau reduzido, risco inevitável e que deve ser aceite. Sendo assim, na elaboração do projecto supracitado, a LPN considerou focalizar em objectivos de gestão específicos em nível da

43 Plano Director Municipal de Castro Verde.

44 Contrato LIFE2002NAT/P/8481.

45 Estabelece o número máximo de visitas que uma área protegida pode receber diante das condições físicas, biológicas e de gestão a que está submetida (CIFUENTES em CIFUENTES, 1999).

variação natural das condições ecológicas e duma experiência de recreação num ambiente selvagem. Utilizou-se, na altura, a abordagem dos LAA nos casos em que se pode comprometer as condições naturais das áreas ou a qualidade da experiência dos visitantes e as capacidades de carga nos casos em que não se deseja comprometer o objectivo de perturbação das aves. Sendo assim, formam-se dois quadros (02 e 03) de factores limitantes a visitação, o de Capacidade de Carga e o de LAA:

Grau de sensibilidade	Actividades permitidas	Número de pessoas e/ou viaturas
1	- Expedições panorâmicas e fotográficas	Limitada aos abrigos existentes
2	- Pedestrianismo - Percursos interpretativos (observação de aves) - Passeios a cavalo/hipismo - Passeios de bicicleta - BTT - Passeios em veículos todo-o-terreno - Expedições panorâmicas e fotográficas - Orientação - <i>Rappel</i> - Desportos aéreos não motorizados - Desportos aquáticos e náuticos não motorizados	- Máximo 50 pessoas/dia/área - Máximo 10 viaturas/dia/área
3	- Pedestrianismo - Percursos interpretativos - Passeio a cavalo/hipismo - Passeios de bicicleta - BTT - Passeios em veículos todo-o-terreno - Expedições panorâmicas fotográficas - Orientação - <i>Rappel</i> - Desportos aéreos não motorizados - Desportos aquáticos e náuticos não motorizados - Jogos de guerra e desportos de alvo - Pernoita ou bivaque	Sem Restrição (Algumas destas actividades deverão sempre necessitar de parecer das entidades responsáveis, principalmente as relacionadas ao desporto de natureza)

Quadro 02: Capacidades de carga recomendadas para várias das actividades de animação ambiental e de desporto de Natureza estabelecidas no Plano Nacional de Turismo de Natureza nas zonas de diferente grau de sensibilidade definidas no Projecto Peneireiro-das-torres⁴⁶.

⁴⁶ Os mapas de sensibilidade das áreas encontram-se em termos de confidencialidade no Projecto, a fim de conservar os ambientes delicados, principalmente no que diz respeito às aves, distantes de invasores que buscam os melhores avistamentos.

Indicador	Forma de monitorização	Limite de alteração aceitável
Permanência de aves nos locais habituais de avistamento	Relatórios de vigilância da LPN	Percepção do afastamento das aves dos locais normais de avistamento (sem outros factores explicativos que não o uso recreativo)
	Relatórios de investigadores no terreno	
	Relatórios de visita dos monitores da LPN	
Ocorrência de boas observações das aves nos percursos	Relatórios dos monitores da LPN	Mais de 15% das visitas com número de espécies avistado e quantidade de indivíduos avistada considerada insatisfatória pelo monitor
Afastamento das aves em relação aos abrigos para fotografia de Natureza	Relatórios de vigilância da LPN	Ocorrência, em 5% ou mais dos dias de realização da actividade, de afastamento significativo das aves em relação aos abrigos
	Inquérito ao grau de satisfação dos fotógrafos	15% ou mais de fotógrafos insatisfeitos com a experiência fotográfica
Satisfação dos visitantes com a visita	Inquérito ao grau de satisfação dos visitantes	15% ou mais de visitantes insatisfeitos com a visita

Quadro 03: Propostas de limites de alteração aceitável – LAA para as actividades de ecoturismo da LPN – (Fonte: Projecto Peneireiro-das-torres, 2005)

Além de tais limitantes a análise SWOT⁴⁷ realizada pelo mesmo Projecto identifica os seguintes constrangimentos:

- O clima extremamente quente entre Junho e Setembro;
- O tecido empresarial rarefeito;
- A escassez de oferta de equipamentos e serviços turísticos;
- A rarefacção demográfica que determina um mercado local restrito e muitas limitações quanto ao recrutamento de recursos humanos qualificados;
- A quase inexistente adaptação tecnológica das explorações para a produção de bens e serviços ligados e necessários ao desenvolvimento turístico;
- A quase inexistência da tradição turística na região;
- A quase inexistência de empresas de animação turística alí sediadas;
- A quase inexistência de circuitos sinalizados e de material interpretativo;
- A inexistência de circuitos integrando a ZPE com outras áreas da região;
- A quase inexistência de actividades de animação ambiental;
- A existência limitada de locais de venda de produtos tradicionais;
- A inexistência de oferta especializada para observadores de aves experimentados, como os abrigos de observação e o turismo fotográfico;

⁴⁷ *Strenghts, Weakness, Opportunities and Threats*: trata-se de uma ferramenta de gestão e planeamento estratégico, que identifica, por parte da organização e de forma integrada, os principais aspectos que caracterizam a sua posição estratégica num determinado momento, tanto a nível interno como externo (forma como a organização se relaciona com o seu meio envolvente). (Ansoff & McDonnell (1984) em TONINI, et. al. (2007).

- Os agricultores não recolhem benefícios das vantagens do turismo na região;
- A inexistência de um Plano de Gestão da ZPE de Castro Verde;
- A carência de locais de grande relevo histórico-cultural na ZPE de Castro Verde, quando comparada a outras regiões do Alentejo;
- Falta de materiais e estruturas de interpretação de qualidade no Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalinho;
- A existência de informação para observadores de aves que inclui locais de grande risco de perturbação das espécies da avifauna ameaçada.

Tais restrições de visitação corroboradas aos regulamentos para as visitas às Reservas Biológicas da LPN, traduzem-se, mercadologicamente, como factor delimitante da exploração do ecoturismo por parte da LPN e do próprio município, tornando a actividade menos lucrativa que o esperado pela comunidade local. Entretanto, ainda assim, contribui com certa representatividade na demanda turística de Castro Verde. Vale ressaltar que se trata de uma exploração de turismo sustentável, não de turismo de massas, portanto, as áreas protegidas e os factores delimitantes que a elas se impõem é que caracterizam o produto ofertado.

A Tabela 03 expressa os números que dizem respeito a visitação em cada um dos núcleos turísticos avaliados no Concelho, no período compreendido entre os anos 2007 e 2010. É importante ressaltar que a CMCV não possui dados históricos de referência anterior a essas datas por falta de recolha e armazenamento dos mesmos. É visível na Tabela 03 que o principal ponto turístico do Concelho de Castro Verde é a Basílica Real, com uma média anual de 4265 visitas, bastante superior aos demais pontos observados, especialmente em referência ao CEAVG que apresenta uma média de 1434⁴⁸ visitantes anuais, demonstrando a especificidade do público que procura tal destino. Não foi possível definir a contribuição efectiva do início das actividades de *birdwatching* oferecidas pela LPN nos números de visitantes de Castro Verde para antes desta data pela inexistência de dados históricos anteriores a 2007 na CMCV.

48 Número que pode ser superior, uma vez que se trata apenas dos visitantes que pedem informações aos funcionários da LPN no CEAVG.

Núcleo	Visitantes			
Ano	2007	2008	2009	2010
CEA Vale Gonçalinho	1796	1376	1900	665
Basílica Real	6054	3864	5906	1239
Museu da Lucerna	2099	1478	1624	1972

Tabela 05: Representação numérica do número de visitantes registados nos principais núcleos turísticos de Castro Verde (Dados: CMCV – 20011).

No que se refere as receitas geradas pelo turismo ao município, não existem dados efectivos a respeito, segundo a CMCV, uma vez que tal controlo iniciou-se nos últimos 4 anos e fortalecido nos últimos 2 anos com a abertura do Parque de Campismo por iniciativa da própria Câmara, este sim com levantamentos frequentes do número de dormidas e estimativa da receita gerada. A Tabela 03, ainda, deixa evidente o principal núcleo turístico da região, a Basílica Real, com um fluxo turístico de intensidade superior aos demais núcleos museológicos e ao CEAVG (Gráfico 03). É válido ressaltar que existe uma diferença em relação ao número de visitantes apresentados pela Câmara Municipal de Castro Verde e pelo CEAVG, sendo este último muito inferior. Muitos turistas buscam informações no Posto de Turismo e seguem directamente para a observação da avifauna na ZPE de Castro Verde sem chegar a passar no CEAVG ou podem visitá-lo aos Domingos, dia em que o CEAVG encontra-se fechado e no pico do Verão, ou simplesmente não pedem informações e por isso não é tido conhecimento da sua presença e não são registados.

Observa-se que do total de visitantes do CEAVG, cerca de 45% são provenientes de grupos trazidos por operadores turísticos. Segundo dados da LPN, os operadores são essencialmente estrangeiros e em sua maioria ingleses. Da percentagem restante relativa a visitantes espontâneos, 57,3% são estrangeiros, o que define o perfil do visitante da LPN (análise de dados recolhidos entre 2007 e 2010 pelo CEAVG).

Em relação aos operadores turísticos da região, destes muito poucos localizados nos limites da ZPE, existe uma certa restrição às actividades de ecoturismo da LPN. Trata-se de um certo distanciamento entre tais entidades, uma vez que os operadores locais dizem ser pouco procurados para a exploração do produto turístico da LPN que por sua vez teria maior contacto com operadores estrangeiros⁴⁹. Tal constrangimento acaba por levar os operadores locais a investir em outras animações turísticas, principalmente em relação ao desporto de natureza e turismo rural. Para a LPN o interesse dos operadores estrangeiros em relação ao produto é bastante superior, uma vez que o

49 Informações levantadas em alguns dos operadores turísticos locais.

mercado de *birdwatching* está em países como Inglaterra e Alemanha em sua maior parte. A procura e, portanto, a oferta, deste produto em Portugal é ainda muito tímida e não existe um interesse substancial por parte dos operadores locais em sua exploração. A LPN não deve ser tratada com um operador turístico da região, oferecendo um produto turístico bastante peculiar e que deve ser explorado de maneira sustentável. O operador turístico deve respeitar as normas impostas pela ZPE para o desenvolvimento correto das actividades do turismo sustentável local, com a possibilidade de colocar em risco justamente o que o caracteriza: o ecossistema sensível e tudo que o cerca. Deve-se estabelecer um equilíbrio entre as duas vertentes, onde o operador possa utilizar o produto da LPN como um atrativo para turistas, oferecendo mais opções para que permaneçam durante mais tempo na região, contribuindo efetivamente para a economia local (alojamento, refeições, consumo, etc.).

A CMCV e a LPN demonstram bom relacionamento no que diz respeito ao fomento do ecoturismo. A CMCV tem contribuído na divulgação e, através do Posto de Turismo e as actividades que o mesmo proporciona em relação ao acompanhamento e organização de visitas guiadas, na visitação do CEAVG.

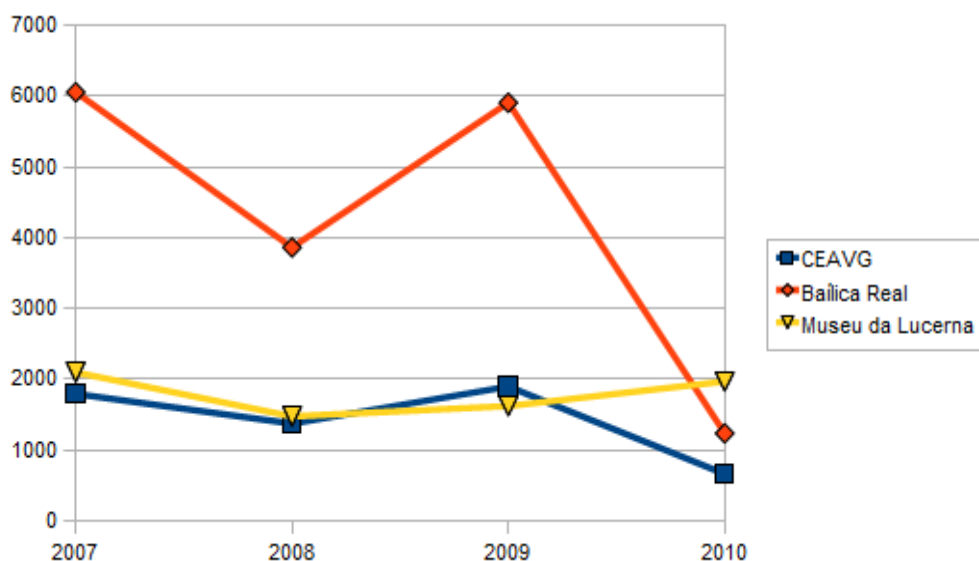


Gráfico 03: Fluxo turístico nos principais núcleos de Castro Verde referente ao período 2007 – 2010.
(Dados: CMCV - 2011).

6.3.2 Análise do Impacte Social e Económico do desenvolvimento da actividade turística do CEAVG pela percepção da população

Segundo Gursoy (2002), o turismo tem a capacidade de interferir na vida e quotidiano dos residentes e é o conhecimento destes impactes que devem nortear os processos de gestão no que diz respeito ao planeamento das acções de *marketing* e das actividades e produtos turístico. Para tanto a base teórica mais utilizada nos estudos do tema tem sido a *Social Exchange Theory* (Sirakaya, Jamal e Choi em WEAVER, 2001), que se trata de uma teoria sociológica que se preocupa em compreender e analisar os intercâmbios entre indivíduos e grupos em situações de interacção, permitindo analisar as relações entre os benefícios individuais e a percepção do desenvolvimento económico proporcionado pelo turismo.

Sabe-se que o que os residentes têm no desenvolvimento do turismo local como principal motivação o desenvolvimento económico (GURSOY, 2002), sendo este um dos aspectos analisados pelos inquéritos aplicados. Em relação aos impactes sentidos pelos autóctones em relação às actividades de ecoturismo da LPN, 34% dos entrevistados garantem sentir algum reflexo em sua vida, onde deste total apenas 28,4% garantem que este impacte é positivo e financeiro (Gráfico 04). Do percentual que afirma sentir um impacte negativo das actividades da LPN, 2,05%, a grande maioria alega que tais actividades teriam prejudicado o desenvolvimento agrícola da região. Tal insatisfação deve-se às diversas mudanças na Política Agrícola Comum e na Política de Desenvolvimento Rural, uma vez que os apoios concedidos deixaram de ser suficientes para compensar as perdas de rendimento e os custos adicionais que o Plano Zonal da ZPE prevê.

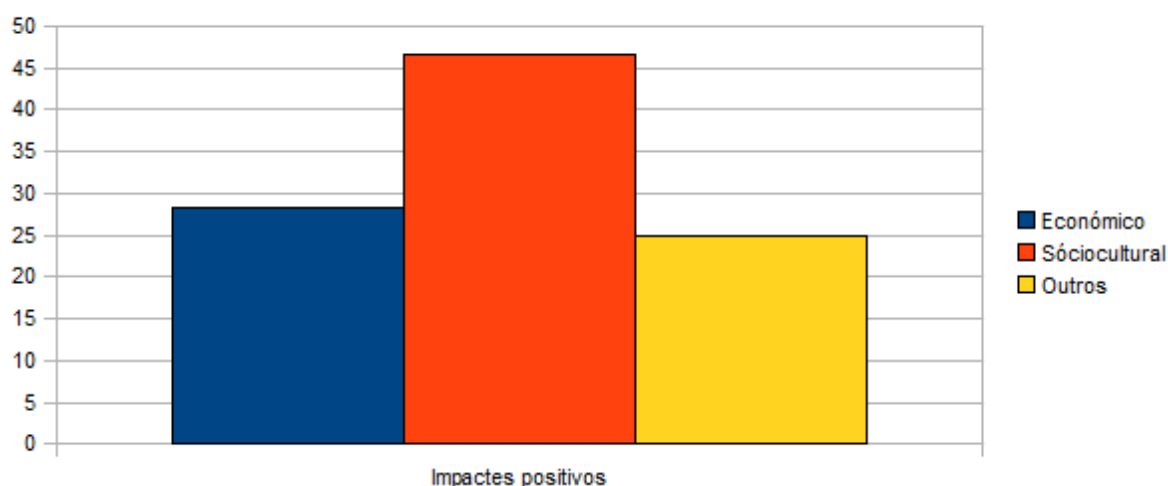


Gráfico 04: Demonstrativo percentual em relação aos diferentes impactes positivos sentidos pela comunidade local. (Dados da pesquisa)

Os estabelecimentos locais de restauração garantem não sentir qualquer tipo de impacto específico ligado a LPN, sendo que a maioria de seus clientes são da região e, em cálculo médio entre todos os estabelecimentos inqueridos, a contribuição de operadores e grupos turísticos ao fluxo de clientes representa apenas 10% (dados da pesquisa). Em relação aos estabelecimentos de alojamento entrevistados, 100% avalia que a grande parte de seus clientes é portuguesa, não havendo influência significativa do público estrangeiro no número de dormidas e, portanto, na receita gerada. Para os estabelecimentos que efectuaram o registo, o fluxo de clientes gerados por operadores turísticos não passa de 20%, isso garantido na alta temporada (mês de Agosto, pico do Verão). Sabe-se que a LPN não realiza visitas guiadas no que é considerado a alta temporada, portanto, não se pode associar a elevação dos níveis do fluxo turístico da região à actividade de ecoturismo da LPN. Em outros períodos, segundo a CMCV, os picos dos níveis do fluxo turístico coincidem com feiras, festas e festivais organizados pela própria.

Em relação a ligação que a comunidade possui com a LPN, levando em consideração relações directas e indirectas, 90% do público consultado garante não possuir qualquer ligação com a LPN, onde dos restantes 10% a grande maioria possui relacionamento indirecto (a sua maioria prestadores de serviço regulares e/ou sazonais). Entretanto, mais de 68% dos entrevistados conhece de alguma forma as actividades da LPN (Gráfico 05).

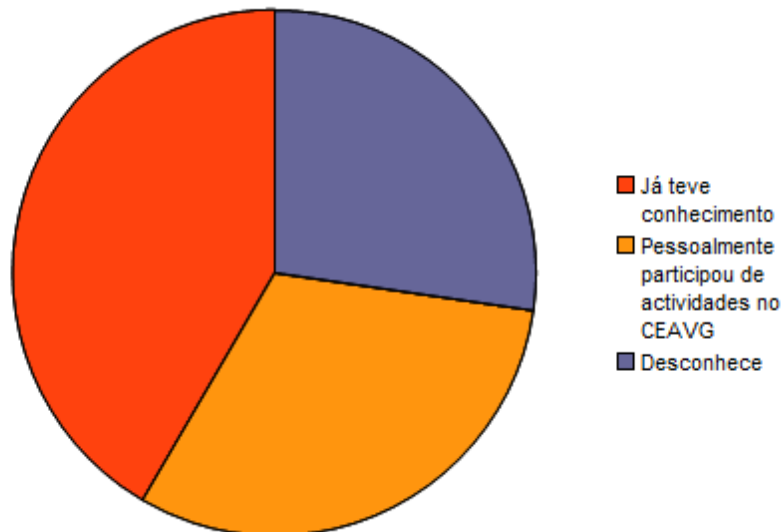


Gráfico 05: Representação gráfica do nível de conhecimento a respeito das actividades da LPN pela população autóctone entrevistada. (Dados da pesquisa)

Do total de entrevistados 14,7% garante participar de algum tipo de projecto desenvolvido para a comunidade pela LPN. Ainda que seja um número não muito grande, existe uma grande simpatia com a entidade, representada pelo percentual de 80,4% do total de pessoas que não participam de qualquer projecto da LPN e que estariam dispostas a participar. Dados interessantes em relação a esta variável são as justificativas a não disponibilidade de participação em projectos, que dizem respeito em sua maioria a alegação da idade avançada.

Para além das questões objectivas que foram aplicadas, questionou-se de que maneira, na opinião subjectiva do entrevistado, a LPN pode aumentar sua contribuição ao desenvolvimento local. Do total de entrevistados, 44,6% não soube responder, ou por alegar desconhecer as actividades ou por não se sentir capaz para tanto. Em relação as sugestões apresentadas, são frequentes respostas em relação à necessidade de maior divulgação da região; aumento do fluxo de turistas que permanecem por mais tempo no Concelho; maior aproximação com a comunidade por parte da entidade; geração de empregos; maior número de eventos realizados pela LPN; e a capacitação de recursos humanos locais, nesta ordem.

Além das questões que envolvem o movimento interno que a LPN pode gerar, é importante ressaltar que os turistas que atrai possuem um perfil bastante específico e sua interacção com a comunidade autóctone pode ocasionar certo impacto. De acordo com a pesquisa realizada, dos 34% de entrevistados que garantem sentir algum impacto com as

actividades de exploração do ecoturismo da LPN 46,8%, a maioria, apontam para as interações e o intercâmbio cultural com turistas de outras nacionalidades como um ponto positivo. Sabe-se que a maior parte do público que procura Castro Verde como destino turístico é de origem portuguesa, proveniente das mais variadas regiões do país, portanto, o intercâmbio cultural com turistas estrangeiros deve-se, especialmente, a LPN. O perfil do visitante de Castro Verde pode ser comparado ao perfil do *birdwatcher* de maneira geral, confirmado pela vivência disponibilizada no CEAVG, que diz respeito a um turista com nível de instrução elevado, com idade entre os 45 e os 60 anos, viajando em grupos de até 8 pessoas, disponibilidade financeira alta, permanência máxima de 5 dias e que raramente combinam as actividades de *birdwatching* com outras (ROIG, 2008). Pode-se, assim, estabelecer um comparativo (Quadro 04) entre o perfil do turista visitante do CEAVG e o turista que procura Castro Verde, que foi definido pela CMCV através de uma pesquisa por inquéritos e exploratória aplicada no Posto de Turismo do Concelho. O perfil do turista é relevante neste estudo na identificação dos aspectos sociais e culturais que os visitantes podem trazer à região, no que diz respeito a valorização da cultura local e a influência que a cultura externa pode trazer ao meio.

	<i>Birdwatcher</i>	Castro Verde
Idade	45 – 60 anos	35 – 64 anos
Objectivo	Avistamento de aves	Paz e sossego
Sazonalidade	Primavera ⁵⁰	Verão
Procedências	Estrangeiros	Portugueses
Disponibilidade financeira	100€/dia	70-75€/dia

Quadro 04: Análise comparativa entre os turistas que procuram Castro Verde como destino e os turistas com objectivo específico em *Birdwatching* (Dados da Câmara Municipal e Roig, 2008).

7. Considerações finais e recomendações

Além dos impactes ambientais do desenvolvimento de determinadas actividades, é de igual importância a identificação de impactes sociais e económicos nas regiões afectadas, principalmente no que diz respeito ao Turismo de Natureza.

O impacte cultural da chegada de turistas em determinada localidade é observado desde o momento em que existe o intercâmbio de informações, costumes, vestimentas,

⁵⁰ É importante ressaltar que o CEAVG não disponibiliza visitas orientadas entre 15 Julho e 15 Setembro, devido o clima.

etc., tanto para os turistas quanto para os residentes (BESCUIDES *et al.*, 2002), gerando, como consequência, o desenvolvimento da identidade cultural da região, uma vez que as comunidades tendem a transformar o que é de peculiar em sua região em produto turístico (RYAN, 1991); bem como a análise económica de tais efeitos, uma vez que, levando em conta o produto turístico como qualquer outro produto mercadológico, busca-se o lucro e o desenvolvimento económico da região em questão.

Neste contexto pode-se expressar a importância das análises nestas matérias, sendo interessante dividi-la em duas partes: a visão do impacte socioeconómico por parte dos *stakeholders* e por parte da população residente. Esta pesquisa buscou agregar valores técnicos e científicos, no que concerne a percepção dos conceitos, ao intuito de aplicação efectiva dos resultados no desenvolvimento local e de políticas de gestão, tanto por parte do poder público como pela iniciativa privada, para a actividade analisada buscando o sucesso da comunidade local e do empreendimento, simultaneamente.

Foi considerado primordial neste estudo descrever os impactes socioeconómicos que a actividade de ecoturismo da LPN gera no Concelho de Castro Verde como forma de identificar o nível de aceitação e percepção em sectores como o poder público e a sociedade, sendo interessante a segregação de tais factores uma vez que a repercussão da actividade nas finanças do município não devem significar, necessariamente, a mesma opinião da comunidade local, principalmente no que diz respeito a subjectividade das impressões.

O desenvolvimento da indústria de exploração mineira na região trouxe uma nova perspectiva económica ao município. Tal desenvolvimento garantiu uma nova perspectiva a sociedade local, que passou a buscar novas alternativas nas oportunidades que a indústria trouxe, como, por exemplo, a actividade comercial. Por tratar-se de uma região com riquezas naturais e algum património histórico, o desenvolvimento do turismo não poderia ser desconsiderado. Como passar do tempo e a perspectiva de exploração do turismo na região, foram se alargando as ofertas de bens e serviços que corroboram com o desenvolvimento da actividade, com o objectivo de tornar o Concelho um pólo turístico da região.

A LPN possui um produto muito peculiar na região, o *birdwatching*. Ainda que realizado em algumas outras áreas da região e sem o controlo directo da entidade, este produto garante à LPN um público específico que tem a região com grande relevância em seus objectivos pessoais, conforme analisado em vivências no CEAVG. Entretanto, foi constatado que este público não possui o mesmo perfil do público que busca o Concelho como destino turístico de maneira geral, portanto, não representa o cliente de Castro

Verde em relação aos seus núcleos museológicos ou ao turismo gastronómico ou rural. É bastante visível que o turista que busca a LPN para a prática do *birdwatching* não, necessariamente, busca o Concelho de Castro Verde para outras actividades turísticas, nem mesmo para alojamento, como observado nos inquéritos aplicados aos estabelecimentos da área. Sendo assim, é evidente que os principais produtos turísticos da região dizem respeito ao património histórico e cultural e aos festivais, as feiras e festas ali organizados ao longo do ano. É importante ressaltar que a LPN trabalha com uma capacidade de carga peculiar e bastante restrita por se tratar de uma ZPE, sendo assim, muito difícil, além de desaconselhável, a exploração intensa da actividade.

Entretanto, a comunidade local possui certa sensibilidade em relação as actividades e instalação da LPN na região, gerando um sentimento de orgulho e valorização da localidade por parte de seus habitantes expressa nos inquéritos aplicados, sendo importante a relação positiva que se observa em relação a LPN pelos que conhecem a actividade ali estabelecida. O sentimento comum é de que a entidade valoriza e pretende cuidar do património natural da região, bem como informar e conscientizar os moradores. Foi observado, ainda, que os principais meios de veiculação das actividades da LPN são a divulgação dos projectos e a CMCV. Existe por parte da população um interesse em que a entidade se aproxime ainda mais da comunidade, principalmente no que diz respeito a realização de eventos e na geração de empregos na região, bem como capacitação de recursos humanos locais, uma vez que uma grande preocupação da população é manter seus jovens no Concelho, que possui uma população já bastante envelhecida e um fluxo grande de jovens buscando outros locais para estudos e oportunidades de emprego.

Os actores que de alguma maneira sentem-se impactados de maneira negativa pelas actividades da LPN na região são os agricultores. Ainda que exista a parceria com a AACB e os demais programas de conservação dos cultivos e dos solo, ainda existe alguma resistência por parte de alguns agricultores que consideraram a instalação da ZPE e da LPN na região forças negativas a exploração e desenvolvimento da agricultura, uma vez que limitou as actividades com o objectivo de manutenção e conservação do ambiente local.

As políticas de desenvolvimento do turismo na região não combinam com as actividades que ali se desenvolvem. É notável a falta de elos entre os poucos operadores turísticos que se encontram na região (poucos estão dentro do Concelho e os que ali estão preferem trabalhar em outras regiões) e o órgão gestor do município, bem como em relação a LPN que tem, em sua maioria, um fluxo de turistas recebidos através de

operadores estrangeiros.

De maneira geral, a actividade da LPN na região, independente da exploração do ecoturismo, traz à população local um interesse na responsabilidade ambiental, através das actividades de conscientização e de sensibilização desenvolvidos pela entidade.

Recomendações:

- Estreitamento das relações entre a LPN, Câmara Municipal de Castro Verde e operadores turísticos locais;
- Atrair a fixação e o desenvolvimento de actividades de empresas de animação turística;
- Divulgação do produto turístico para o mercado interno português;
- Financiamentos e incentivos por parte dos órgãos públicos superiores;
- Aumento da sensibilização de proprietários de restauração e alojamento para a questão turística;
- Qualificação dos recursos humanos locais;
- Esforços nos obstáculos referentes a promoção das actividades turísticas do CEAVG;
- Melhorias nas áreas de infra-estrutura de maneira geral e turística, como acessos rodoviários, alojamentos, centros de interpretação, etc.; e de materiais de informação e de interpretação;
- Criação de novos produtos com potencial de atracção e permanência do público.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (2009) “Birdwatching no Algarve – Propostas de Estruturação e Organização”; da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves – SPEA , Portugal.
- AA.VV., (2008) 60 Anos pela Natureza em Portugal, LPN, Lisboa, Portugal.
- Alcazar, R., Fragoso, S., Na Grande Rota do Peneireiro-das-torres, LPN, Castro Verde, Portugal.
- Andrade, M. A. (1997) Aves silvestres: Minas Gerais. Littera Maciel, Belo Horizonte, Brasil.
- Baptista, M. (1997), Turismo – Competitividade Sustentável,.Editorial Verbo, Lisboa, Portugal.
- Besculides, A., Lee, M..McCormick, P. (2002) Residents’ perception of the cultural benefits of tourism. *Annals of Tourism Research*.
- Ceballos-Lascuráin, H. (1996). Tourism, ecotourism, and protected areas: The state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development. Gland, Suíça: União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN); N.Bennington, Vermont:The Ecotourism Society.
- Cerqueira, C.A., Freire, C.R.F. (2009) Fatores Determinantes da Oferta Turística do Município de Ilhéus (Bahia/Brasil) como Indicadores de Desenvolvimento. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, número 117.
- CMMAD – Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento*. (1987) Nosso futuro comum. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Cunha, L. (1997) *Economia e Política do Turismo*, Alfragide, Editora de Mc Graw-Hill de Portugal Lda.
- Drumm, A. Y Moore A. (2002) Desarrollo de ecoturismo. Un manual para profesionales. Editorial Alex C. Walker Educational & Charitable Foundation. The Nature Conservancy, Arlington, Virginia, USA.
- Fernandes, I.P. (2002) *Economia do turismo*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Figueiredo, L. F. (2003) A observação de aves. Centro de Estudos Ornitológicos. USP, Brasil.
- Fontoura, L. M., Silveira, M.A.T. (2008) Turismo em Unidades de Conservação e Planejamento Territorial: Um foco no Parque Estadual de Vila Velha – PR. V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, Brasil.
- Franco, C. (1999) Castro Verde – Um olhar sobre a Planície. LPN, Lisboa, Portugal.

- Gursoy, D.; Jurowski, C.; Uysal, M. (2002). Resident attitudes: a structural modeling approach. *Annals of Tourism Research*.
- Hill, M. M., Hill, A. (2009) *Investigação por Questionário*. 2ª Edição. Edições Sílabo. Lisboa.
- Honey, M. (1999) *Ecotourism and Sustainable Development: Who Owns Paradise?* Washington D.C., Island Press.
- Ignarra, L. R. (2003) *Fundamentos do turismo*. 2ª ed. Rev. E ampl. Pioneira Thomson Learning, São Paulo, Brasil.
- Nunes, P. A. C. (2010) *Desporto, Turismo e Ambiente – O Turismo de Natureza como pólo de atracção turística complementar ao Produto Sol & Mar na sub-região do litoral alentejano*. Dissertação de doutorado Universidade Técnica de Lisboa.
- Rocha, P. (2005) *A Abetarda e o Campo Branco – uma longa convivência*, Castro Verde, LPN/CMVM.
- Roig, J.L. (2008). El turismo ornitológico en el marco del postfordismo, una aproximación teórico-conceptual. *Cuadernos de Turismo*, Enero – Junio, número 021, Universidad de Murcia.
- Ruschmann, D.V.M. (1997) *Turismo e planejamento sustentável: a protecção do meio ambiente*. 3. ed. Papirus, Campinas, Brasil.
- Ryan, C. (1991) *Recreational tourism: A social science perspective*. London: Routledge.
- Straube, F. C. (2010) *Glossário brasileiro de Birdwatching (Inglês – Português – Inglês)*. Hori Consultoria, Curitiba, Brasil.
- Straube, F. C. (2001) *Ornitologia sem fronteiras. Resumos do IX Congresso Brasileiro de Ornitologia*. Sociedade Brasileira de Ornitologia. Curitiba, Brasil.
- Thiollent, M. (1997) *Pesquisa-ação nas organizações*. Atlas, São Paulo, Brasil.
- Tonini, A. C., Spínola, M.M., Laurindo, F.J.B., (2007) *A análise SWOT: uma nova perspectiva para a aplicação do SEIS SIGMA no desenvolvimento de software*. XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Foz do Iguaçu, Brasil.
- Weaver, D.B. (2001) *The encyclopedia of ecotourism*. CABI International. London, UK.
- Zacchi, G.P. (2004) *Turismo Ecológico e Ecoturismo: Diferenças e Princípios Éticos*. *Diálogos & Ciência — Revista Eletrônica da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana*. Em <http://www.ftc.br/revistafsa>.

Consulta on line:

- Agência Portuguesa do Ambiente - APA

<http://www.apambiente.pt/Instrumentos/InstrumentosFinanceiros/poa/Paginas/Apresentacao.aspx>

Acesso em 06/2011.

- BirdLife International

<http://www.birdlife.org/>

Acesso em 06/2011

- Câmara Municipal de Castro Verde - CMCV

http://www.cm-castroverde.pt/cm_castroverde/ambiente/default.asp?t=associacoes

Acesso em 05/2011

- Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade – ICNB

<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Turismo+de+Natureza/?res=1366x768>

Acesso em 12/2010.

<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Áreas+Protegidas/Criação+de+Áreas+Protegidas/>

Acesso em 03/2011.

Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal. ICNB 2008. Disponível em:

<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/Valores+Naturais/Livro+Vermelho+dos+Vertebrados/#A1>

Acesso em: 07/2011.

- Intervenção Territorial de Castro Verde – ITI

http://iticastroverde.com.pt/pages/quem_somos/index.php

Acesso em 06/2011

- Liga para Protecção da Natureza - LPN

<http://www.lpn.pt/LPNPortal/DesktopModules/ProgramaDetalhes.aspx?ItemID=6&Mid=40>

Acesso em 04/2011

<http://www.lifeesteparias.lpn.pt/default.aspx>

Acesso em 06/2011

- Organização Mundial do Turismo. Québec Declaration on Ecotourism. Quebec, 2002.

http://www.world-tourism.org/frameset/frame_sustainable.html

Acesso em 12/2010.

- Programa do Desenvolvimento Rural do Continente - PRODER

[http://www.portugalglobal.pt/PT/InvestirPortugal/GuiadoInvestidor/Paginas/ProgramadeDesenvolvimentoRuraldoContinente\(PRODER\).aspx](http://www.portugalglobal.pt/PT/InvestirPortugal/GuiadoInvestidor/Paginas/ProgramadeDesenvolvimentoRuraldoContinente(PRODER).aspx)

Acesso em 06/2011

-Projecto LIFE

http://ec.europa.eu/environment/life/countries/documents/portugal_pt_jul07.pdf

Acesso em 01/2011

- The Royal Society for the Protection of Birds - RSPB

<http://www.rspb.org.uk>

Acesso em 06/2011

- Turismo de Portugal

<http://www.turismodeportugal.pt/PORTUGUÊS/TURISMODEPORTUGAL/Pages/TurismodePortugal.aspx>

Acesso em 04/2011.

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasActividade/produtosedestinos/Pages/TurismodeNatureza.aspx>

Acesso em 04/2011

- The International Ecotourism Society - TIES

http://www.ecotourism.org/site/c.orLQKXPCLmF/b.4832143/k.CF7C/The_International_Ecotourism_Society__Uniting_Conservation_Communities_and_Sustainable_Travel.htm

Acesso em 03/2011.

http://www.ecotourism.org/site/c.orLQKXPCLmF/b.4835241/k.D3B1/About_TIES__The_International_Ecotourism_Society.htm

Acesso em 03/2011

APÊNDICES

APÊNDICE 01 – Inquérito aplicado a comunidade de Castro Verde.



Para o preenchimento deste questionário não é necessário identificar-se; sendo de rápida aplicação, não necessitando mais que 2 minutos para seu preenchimento.

O questionário é instrumento para o desenvolvimento da tese de mestrado "Impacte Socioeconómico da observação de aves no Baixo Alentejo: o caso da zona de protecção especial de Castro Verde", a realizar pela mestranda da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Maria Angela Plahtyn Torres.



Comunidade

1. Tem alguma ligação pessoal ou algum membro de sua família está ligado a LPN?

- () Sim. Directamente. Qual? _____
- () Sim. Indirectamente. Qual? _____
- () Não.

2. As actividades de ecoturismo e turismo de natureza desenvolvidas em Castro Verde de alguma forma refletiram em sua vida social ou económica?

- () Sim. Positivamente. De que forma? _____
- () Sim. Negativamente. De que forma? _____
- () Não.

3. A LPN está desde a década de 80 instalada no Vale do Gonçálinho. Até que ponto conheces as actividades lá desenvolvidas?

- () Pessoalmente participei (ou algum familiar participou) em actividades do Centro de Educação Ambiental .
- () Já tive conhecimento. Fonte de informação: _____
- () Desconheço

4. Pessoalmente participou (ou algum familiar participou) voluntariamente em algum projecto desenvolvido pela LPN (como o projecto "Orgânica Verde")?

- () Sim. Quais dos projectos (se não souber o nome, descreva em que consistia)? _____
- () Não. Estaria disposto a participar? () Sim () Não. Porquê?

5. Descreva de que maneira a LPN pode aumentar sua contribuição para o desenvolvimento local.

APÊNDICE 02: Inquérito aplicado aos estabelecimentos de restauração



Para o preenchimento deste questionário não é necessário identificar-se; sendo de rápida aplicação, não necessitando mais que 2 minutos para seu preenchimento.

O questionário é instrumento para o desenvolvimento da tese de mestrado "Impacte Socioeconómico da observação de aves no Baixo Alentejo: o caso da zona de protecção especial de Castro Verde", a realizar pela mestranda da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Maria Angela Rahtyn Torres.



Restauração

1. Qual a média de clientes diários conforme a época do ano?

	Primavera	Verão	Outono	Inverno
10 a 20				
21 a 40				
41 a 60				
Mais de 60				

2. Quanto a nacionalidade dos clientes, em relação a época do ano, assinalar em que período são maioria:

	Primavera	Verão	Outono	Inverno
Portugueses				
Estrangeiros				

3. Qual a média de gastos por pessoa por refeição?

	Primavera	Verão	Outono	Inverno
Até 10€				
Entre 11€ e 20€				
Mais de 20€				

4. Qual a percentagem de clientes que vêm em grupos organizados por operadores turísticos, por época do ano?

Primavera	Verão	Outono	Inverno

5. Quanto representam as receitas dos clientes que vêm através de operadores por época do ano (em percentagem)?

Primavera	Verão	Outono	Inverno

APÊNDICE 03: Inquérito aplicado aos estabelecimentos de alojamento



Para o preenchimento deste questionário não é necessário identificar-se; sendo de rápida aplicação, não necessitando mais que 2 minutos para seu preenchimento.
O questionário é instrumento para o desenvolvimento da tese de mestrado "Impacte Socioeconómico da observação de aves no Baixo Alentejo: o caso da zona de protecção especial de Castro Verde", a realizar pela mestranda da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Maria Angela Flahtyn Torres.



Alojamento

1. Qual a capacidade do alojamento?

- () até 30 camas.
() entre 31 e 50 camas.
() superior a 51 camas.

2. Qual a média mensal de n.º de dormidas por período do ano?

Primavera	Verão	Outono	Inverno

3. A procedência dos hóspedes é, em sua maioria de que nacionalidade, em relação aos períodos do ano:

	Primavera	Verão	Outono	Inverno
Portugueses				
Inglêses				
Franceses				
Alemães				
Outros				

4. Qual a principal motivação que os leva a vir até cá?

- () Birdwatching.
() Turismo de aventura.
() Turismo de natureza.
() Outra.

5. Qual o gasto médio por dia/hóspede?

	Primavera	Verão	Outono	Inverno
Até 20€				
Entre 21€ e 40€				
Entre 41€ e 60€				
Mais de 61€				

6. Qual o número de dormidas dos últimos anos?

2010: _____ 2007: _____ 2004: _____
2009: _____ 2006: _____
2008: _____ 2005: _____

7. Qual a percentagem de clientes que vêm em grupos organizados por operadores turísticos, por época do ano?

Primavera	Verão	Outono	Inverno

8. Quanto representam as receitas dos clientes que vêm através de operadores turísticos por época do ano (em percentagem)?

Primavera	Verão	Outono	Inverno